



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2017

Processo nº: 1552/2017-e

Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Assunto: Auditoria de Regularidade

Montante em exame: R\$ 689.479,71

Ementa: Auditoria. SEDF. PGA 2017. Decisão nº 77/2007. Correções a posteriori.

Recomendação e Determinações à SEDF.

Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, e o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas ilegais, legais com correção posterior, bem assim das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.

Esta auditoria consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2017, cuja aprovação se deu mediante Decisão Administrativa nº 58/2016, nos autos do Processo nº 35488/2016-e.



AUDITORIA DE REGULARIDADE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO

DISTRITO FEDERAL – SEDF

Relatório



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	28
RESUMO.....	30
1 INTRODUÇÃO	31
1.1 APRESENTAÇÃO	31
1.2 OBJETO DA AUDITORIA.....	31
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E MISSÃO INSTITUCIONAL DA AUDITADA.....	31
1.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA	32
1.4.1 Objetivo Geral	32
1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria.....	32
1.5 ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME.....	32
1.6 METODOLOGIA	33
1.7 CRITÉRIOS DE AUDITORIA.....	33
2 RESULTADO DA AUDITORIA.....	33
2.1 RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA 1 E 2.....	34
2.1.1 Achados de Auditoria	34
2.1.1.1 Análises e Evidências	34
2.1.1.2 Causas e Efeitos	68
2.1.1.3 Proposições.....	68
3 OUTROS TEMAS	75
3.1 VPNI LEI Nº 5.250/2013	75
3.2 DENÚNCIAS APRESENTADAS À OUVIDORIA-TCDF.....	76
3.3 VALOR DOS PROVENTOS DIVERGENTE DA TABELA REMUNERATÓRIA.	78
4 CONCLUSÃO	79
5 SUGESTÕES.....	80



LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ATS – Adicional por Tempo de Serviço
CF – Constituição Federal
DIFIPE – Divisão de Fiscalização de Pessoal
DF – Distrito Federal
DLP – Demonstrativo de Licença-Prêmio
DODF – Diário Oficial do Distrito Federal
DTS – Demonstrativo de Tempo de Serviço
EC – Emenda Constitucional
FHDF – Fundação Hospitalar do Distrito Federal
GAB/SEFIPE – Gabinete da Secretaria de Fiscalização de Pessoal
GAEE – Gratificação de Atividade de Ensino Especial
GAPED – Gratificação de Atividade Pedagógica
GARC – Gratificação de Regência de Classe
GAZR – Gratificação de Atividade em Zona Rural
GDF – Governo do Distrito Federal
GPAP – Gerência de Pagamento de Aposentados e Pensionistas
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LPA – Licença-Prêmio por Assiduidade
MPU/PGR – Ministério Público da União/Procuradoria-Geral da República
MS – Mandado de Segurança
NA – Nota de Auditoria
PGA – Plano Geral de Ação
PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal
QA – Questão de Auditoria
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
SE – Secretaria de Educação
SEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEFIPE – Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SICOP – Sistema Integrado de Controle de Processos (GDF).
SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal
SIGRHWB – Sistema que compartilha o banco de dados SIGRH, com outra interface.
SINPRO-DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SIRAC – Sistema de Registro de Admissões e Concessões
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUGEPE – Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação
TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal



TCU – Tribunal de Contas da União

TIDEM – Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TRF – Tribunal Regional Federal

VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada



RESUMO

A presente auditoria teve como objeto a Gestão de Recursos Humanos, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF frente à legislação de regência, bem assim o cumprimento de determinações plenárias em concessões consideradas ilegais, bem como das legais com correção posterior. Concluiu-se que as recomendações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram cumpridas, em grande parte, bem assim que os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem, majoritariamente, às disposições legais que regem a estrutura remuneratória dos servidores que integram a SEDF. Por outro lado, verificou-se que ainda não foram adotadas providências adicionais por parte da jurisdicionada aos pagamentos efetuados a título de VPNI das Leis nºs 5.105/13 e 5.250/13, situação relatada na auditoria anterior, no âmbito do Processo nº 23081/2014.



1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Ação – PGA - desta Corte para o exercício de 2017, cujos trabalhos de campo foram desenvolvidos no período de 01 de fevereiro a 28 de abril do corrente ano.

1.2 Objeto da Auditoria

2. O objeto do presente trabalho está delineado no parágrafo exordial.

1.3 Contextualização e Missão Institucional da auditada

3. A Secretaria de Estado de Educação do DF tem como missão institucional “Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes”.

4. Tal missão está ancorada na estrutura das carreiras Magistério Público do DF e Assistência à Educação, as quais foram reestruturadas pelas Leis nºs 5.105/13 e 5.106/13, respectivamente.

5. A intervenção do Controle Externo se faz presente na fiscalização da organização e estrutura remuneratória desses servidores pelo Tribunal de Contas do DF tendo em vista suas prerrogativas constitucionais. A área de ativos, inativos e pensionistas da SEDF foi auditada por esta Secretaria no ano de 2014 (Processo nº 23.081/2014).



1.4 Objetivos da Auditoria

1.4.1 Objetivo Geral

6. A presente auditoria tem por objetivo geral examinar a regularidade dos pagamentos a título de proventos e estipêndios pensionais destinados, respectivamente, ao pessoal inativo e aos pensionistas da SEDF definido na fase de planejamento, além de verificar o cumprimento de decisões proferidas pela Corte.

1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria

7. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidas as seguintes Questões de Auditoria (QA's):

QA 1: A SEDF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas *"ilegais e legais com recomendação posterior"*, bem como nos demais casos de correção de remuneração, de proventos e de benefícios legados por ex-servidores?

QA 2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

1.5 Escopo ou Alcance do Exame

8. O escopo da Auditoria, quanto ao período em exame, compreende de forma preponderante o lapso temporal de 1º de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2016.

9. Quanto às áreas fiscalizadas, o escopo dos trabalhos se estende aos setores de Recursos Humanos da Subsecretaria de Gestão dos Profissionais de Educação da Secretaria de Educação do DF, especificamente àqueles responsáveis pela gestão de pessoas e manutenção da folha de pagamento (Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação-SUGEPE e Gerência de Pagamento de Aposentados e Pensionistas– GPAP), mediante o sistema informatizado de gestão de recursos humanos (SIGRH), com possibilidade de ampliação dos trabalhos para outras unidades, no decorrer da auditoria, de forma a identificar procedimentos, documentação e agentes responsáveis pela adequação da sistemática de pagamentos e concessões de benefício às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.



1.6 Metodologia

10. As estratégias metodológicas adotadas foram basicamente:
- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
 - Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do DF – SIGRH, e sua versão web, o SIGRHWEB;
 - Pesquisas no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCDF) e no SICOP do Governo do Distrito Federal;
 - Confrontação dos atos com a legislação aplicável;
 - Conferência de cálculos;
 - Amostragem;
 - Entrevistas.

1.7 Critérios de Auditoria

11. Conferência da adequação das atividades e procedimentos da jurisdicionada à legislação de regência, com suporte nas normas insculpidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Federais, Leis Distritais, nos regulamentos internos da SEDF, sem olvidar o teor de Decisões, Resoluções e Enunciados de Jurisprudência do TCDF.

2 RESULTADO DA AUDITORIA

12. Alinhadas às questões de auditoria (QA's) foram apresentadas à jurisdicionada as Notas de Auditoria nºs 001 e 002 (e-DOC 177717FC), a qual objetivou trazer respostas às citadas questões, constantes da Matriz de Planejamento (e-DOC 9CBDFD53), materializadas na Matriz de Achados (e-DOC 17C00A3D).

13. Tendo como ferramenta o Sistema Eletrônico de Processos (e-TCDF), foram levantadas as concessões consideradas legais, com ou sem determinação posterior, além das ilegais, prolatadas por este Tribunal no interregno de 01/04/2014 a 31/12/2016, apreciadas à luz da Decisão nº 77/07 (Processo nº 24.185/07), a qual autorizou à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE verificar a regularidade dos cálculos constantes no abono provisório e título de pensão em fiscalizações futuras.



14. Assim, a auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu, de início, na análise da regularidade dos aspectos financeiros constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, avaliando se os valores lá fixados guardavam consonância com o cargo, integralidade/proporcionalidade dos proventos de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão. Feito isso, passou-se à verificação e cotejo dos pagamentos atuais da amostra.

15. Nas observações e levantamentos feitos junto aos gestores responsáveis pelos setores envolvidos, objetivou-se identificar as razões para os procedimentos adotados pela jurisdicionada e verificar a aderência das ações face às decisões e entendimentos firmados por esta Corte de Contas.

16. Registre-se que na documentação processada no transcurso da fiscalização constam as anotações e as observações pertinentes às situações analisadas, além dos papéis selecionados e colhidos como prova que integram os presentes autos e a Pasta Corrente.

2.1 Resposta às Questões de Auditoria 1 e 2

QA 1: A SE/DF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas "*ilegais e legais com recomendação posterior*", bem como nos demais casos de correção de remuneração, de proventos e de benefícios legados por ex-servidores?

QA 2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

2.1.1 Achados de Auditoria

A SE/DF cumpriu, em grande parte, as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior.

Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem, majoritariamente, às disposições legais que regem a estrutura remuneratória da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

2.1.1.1 Análises e Evidências

17. Registre-se que os processos lançados no Quadro I demonstram com fidedignidade as providências determinadas pelo Tribunal, situações em que foi possível aferir a exatidão dos registros, a regularidade dos cálculos lançados nos



abonos provisórios/títulos de pensão, bem como a compatibilidade dos pagamentos atuais disponíveis no SIGRH. Registre-se também que a ADI/TJDFT nº 2010.00.2.010603-2 (Obs: matéria tratada no Processo TCDF nº 12895/09) foi julgada improcedente, consoante acórdão nº 606149, não havendo reflexo nos proventos dos interessados, motivo pelo qual deixaremos de tecer considerações sobre o assunto no quadro abaixo.

Quadro I –NA 001 – 1552/2017-e-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF nº	Interessado	Ocorrência ¹
13722/2015	080.003053/2004	ADELINO OLIVEIRA LISBOA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2917/2015. Ato de Revisão de Aposentadoria nº 014102-1 foi tornado sem efeito pela Ordem de Serviço de 11 de agosto de 2015, publicada no DODF de 13.08.2015. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
32889/2014	080.007039/2007	ADEMAR PEREIRA CARDOSO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 756/2015. Item II.2 cumprido, a teor da Decisão nº 359/2016. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Servidor falecido, instituindo pensão em nome de Risélia Maria Soares Cardoso.
11563/2014	467.000021/2011	AGRIPINA FRANCISCA DOS SANTOS SILVA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 753/2015. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Ampliação de Carga Horária". Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
11008/2014	080.002942/2003	ÁGUIDA MARIA VITOR	Cor. Post: Sim. Decisão nº 6183/2014. Itens III.1 e III.2 cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
10486/2014	080.009351/2009	ANA LÚCIA TELLES FERREIRA CHICARINO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4884/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono com valores corrigidos indevidamente pela Lei nº 4.466/2010. Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
30288/2013	080.009324/2009	ANITA DOS PRAZERES SANTOS DE JESUS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1991/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
34946/2014	080.002368/2011	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	Cor. Post: Não. Decisão nº 1103/2015, item "II" não cumprido. Releva. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
19270/2014	080.009314/2006	AUGUSTO HITOCI SATO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5007/2014, item II.a não cumprido(devolução TIDEM) e item II.b cumprido.

¹ As folhas aqui mencionadas referem-se aos respectivos processos GDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc. 1552/2017

Fls.: 36

Proc. 1552/17-e

rubrica

			Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
11720/2006	080.006950/2002	BENEDITO AFONSO DE FREITAS FALCÃO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5128/2015. Aposentadoria tornada sem efeito mediante Ordem de Serviço de 05.01.2016, publicada no DODF de 06.01.2016. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: Servidor faleceu em 25.08.2014.
24126/2014	080.000769/2007	CECÍLIA MARIA SÁ DE OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1719/2015, itens II.1, II.2 e II.3 cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
34445/2013	080.002000/2009	CLEIDIMAR CARVALHO MARCIANO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1551/2014, item "II.2" cumprido.. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
7376/2014	080.010644/2010	CONSTANTINO DE OLIVEIRA VAZ	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4637/2015. Cumprido. Decisão 77/07: Abono com valores desatualizados e com a parcela "Ampliação de Carga Horária". Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
9506/2014	468.002007/2010	CORINA ROSA GOMES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4055/2014, itens IV.a, IV.b e IV.c cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
7235/2012	080.005384/2008	DIOGO GOMES DE OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5471/2015. Item III cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK. Inclusão da parcela GAPED, por força de decisão judicial TJDF, processo nº 2011.01.1.067193-8.
6251/2015	082.008776/2000	ELIZABETE FERNANDES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1635/2015. Itens III.a e III.b cumpridos. Decisão 77/07: Carga horária de 30 horas ao invés de 40 horas. Formal. Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
10311/2014	080.012197/2009	FÁTIMA MARIA DE ABREU MESQUITA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4215/2014, item III.b cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
8186/2014	467.000890/2009	FRANCISCO CLÁUDIO MARTINS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1760/2016. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
18380/2014	080.001279/2008	FRANCISCO VALDEBERTO GOMES DE OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5431/2014 cumprida, destacando que a Ação de Conhecimento nº 2011.01.1.199692-3 de que trata o item II.b foi julgada procedente em 20/01/2012, alterando a classificação funcional do cargo do inativo de 09-BD2 para 10-BD2. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

Fis.: 37

Proc: 1552/17-e

rubrica

7023/2014	080.038591/2008	GILDA MARIA DE SOUSA PIRES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3150/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono com valores da Etapa 20. Relevar, pagamentos atuais na Etapa 04. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
18851/2014	080.005272/2009	IRACEMA GOMES SOARES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4800/2014, item II.a cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
1645/2014	080.031204/2007	IVANILDE GOMES DA SILVA MAINARDES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2648/2014. Item II cumprido, observando que o período de 01/06 a 20/06/2008 foi considerado de efetivo exercício, pois a servidora participou de readaptação funcional, ocasionando a alteração do ATS de 19 para 20%. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
5500/2014	468.000883/2010	JANILSON MANUEL DA SILVA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3516/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
14478/2015	080.010942/2009	JESUINO ALVES DE AZEVEDO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3306/2015. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
7112/2014	080.004021/2010	JOAQUIM HUMBERTO FERREIRA MACEDO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3618/2014, Item "II.2" não cumprido(devolução TIDEM). Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
19181/2014	080.000198/2009	JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5486/2015, itens "I.a" e "I.b" cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK, destacando que o valor dos proventos é proporcional à 28/35 apurado pela média. Rem. Atual: Proventos atuais OK, visto que os valores no SIGRH estão atualizados pelo RGPS.
12926/2014	080.026736/2006	JOSÉ FABIANO ALVES RODRIGUES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4986/2016, item "IV.a" cumprido, sendo que o percentual da GARC foi alterado de 16,80% para 13,20%, dando-se ciência a pensionista via telegrama. Item "IV.b" não cumprido, pois não foi confeccionado novo abono provisório, o que pode ser relevado. Item "IV.c" cumprido, visto que o ato de pensão foi movimentado pela jurisdição em 17/01/17 e está em análise no Controle Interno. Decisão 77/07: Abono não foi feito, podendo ser relevado. Rem. Atual: Servidor faleceu em 03/2015 e instituiu pensão em nome de Lúcia Ribeiro Vieira Rodrigues, ato tratado no SIRAC nº 021.728-2, ainda em andamento.
15585/2014	080.010219/2008	JOSÉ RAIMUNDO SOUZA OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2115/2016. Nova determinação(devolução TIDEM). Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
14650/2009	080.000810/2008	JOSÉ SILVIO MAGALHÃES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4620/2014, item II cumprido, TIDEM excluída, conforme Lei nº 5.105/13. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc. 1552/2017

Fls.: 38

Proc. 1552/17-e

rubrica

20589/2014	150.000672/1999	LÚCIA MARIA LEONE POTZERNHEIM	Cor. Post: Sim. Decisão nº 964/2015. Itens "II.a" e "II.b" cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Servidora falecida em 27/04/12, não instituindo pensão.
27545/2015	080.008180/2010	MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4656/2016. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Ampliação de Carga Horária". Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
8416/2015	080.013129/2009	MARIA DAS DORES MARQUES DE AVELAR	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2728/2015, item II cumprido, porém não foi confeccionado novo abono provisório, para considerar a alteração do percentual do ATS de 28 para 29%. Decisão 77/07: Abono incorreto. Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
18150/2014	463.000500/2009	MARIA DIVINA DA SILVA PEREIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4797/2014. Item II cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
18665/2014	080.010279/2010	MARIA GABRIELA FRANÇA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4953/2014, item "II.a" cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto a parcela de Décimos que não foi atualizada. Observar Dec 896/17
12130/2015	462.000905/2010	MARIA GORETE NEVES FARIAS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 180/2016. Cumprido, conforme fls. 124. Decisão 77/07: Parcela Décimos apresenta o valor de R\$ 574,57 (10/10 do DF-02 – Lei nº 1.004/96), quando o correto deveria ser de R\$ 404,65, uma vez que a aposentadoria da servidora ocorreu em 14.10.2010. Releva Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
35832/2013	080.020951/2003	MARIA HELENA RODRIGUES	ILEGAL. Decisão nº 3372/2015. Cumprida, uma vez que a aposentadoria da servidora foi tornada sem efeito, conforme ato publicado no DODF de 06.01.2016, a contar de 24.11.2015. Lotada no Centro de Educação Infantil de Aguas Claras. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
10346/2014	080.000575/2011	MARIA IZABEL DE CASTRO SOUZA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5754/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Ampliação de Carga Horária". Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
35662/2013	082.051076/1976	MARIA JOSÉ SANTOS DE MOURA FERREIRA	Aposentadoria ILEGAL. Decisão nº 2366/2014, item I cumprido, visto que a aposentadoria da referida servidora foi tornada sem efeito, conforme ato publicado no DODF de 28/08/14. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
17693/2014	080.010703/2010	MARIA QUIRINO BISPO DOS SANTOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5339/2014. Perda de objeto em virtude do falecimento da servidora. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

Fis.: 39

Proc: 1552/17-e

rubrica

			"Ampliação de Carga Horária". Relevar. Rem. Atual: Servidora faleceu em 10.08.2012, instituindo pensão em favor de Wriely Lima de Jesus e Wryel Lima de Jesus.
18350/2015	080.013164/2009	MARIANO ALVES DOS REIS FILHO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4549/2015, item II cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
6892/2014	080.002226/2007	MARILDA ANABETINA DE ALMEIDA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4333/2014, item "II.2" cumprido, destacando que a servidora percebeu indevidamente a parcela de TIDEM, gerando débito de R\$ 64.739,96, cujos procedimentos operacionais de cobrança administrativa e ou judicial estão a cargo da PGDF. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
2757/1993	082.008887/1992	MARILDA TRANQUILLINI NERY	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3843/2014. Itens II.a e II.b cumpridos. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
13671/2014	465.000389/2010	MARINA DA ANUNCIAÇÃO SOARES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4148/2015, itens III e IV cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
34821/2009	080.006645/2005	MARISTELA MACIEL MOREIRA	Sobrestado. Decisão nº 3358/2014. Ação Judicial transitada em julgado. Será realizada instrução no Processo nº 34.821/09. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
11148/2014	080.017553/2002	MARIZETE OLIVEIRA CEZAR	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5329/2014, itens III.1 e III.2 cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto a parcela de Décimos que não foi atualizada, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
13655/2014	080.000900/2011	MARLENE GOMES DE OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5078/2014, itens II.a e II.b cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais com a VPNI da Lei nº 5.250/2013 paga corretamente, mas com os valores incorretos até abril 2016.
28792/2014	080.005051/2008	MARLY BISPO DOS SANTOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 252/2015, item II o valor de 4/10 do DF-4 pago no SIGRH desde a inativação segue os valores da tabela de junho de 2011, anterior à da Lei nº 4584/2011. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
11040/2014	080.006728/2008	MARTA CARDOSO DE CASTRO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5188/2014. Item III cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

Fis.: 40

Proc: 1552/17-e

rubrica

2622/1985	080.020868/2004	NILZA ALVES TEIXEIRA LIMA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1008/2015, item V cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
1815/2014	080.011914/2001	PATERSON PEREIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4249/2014, item II cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
4598/1997	082.000969/1997	PAULO BARBOSA DE SOUSA	SOBRESTADO. Providências. Post: Sim. Decisão nº 3078/2014. Trânsito em julgado sem providências por parte da jurisdicionada. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
5416/2013	082.002546/2000	REGINA MARIA SOUZA DOS ANJOS	ILEGAL. Decisão nº 1801/2015. Cumprida, uma vez que a aposentadoria da servidora foi tornada sem efeito, conforme atos publicados nos DODFs de 23.06.2015 e 06.08.2015. Servidora faleceu em 15.06.2015. Decisão 77/07: N/A. Rem. Atual: N/A.
17677/2014	080.008041/2009	ROBERTA RAMOS POSSEBON	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5338/2014, Itens "II.2" e "II.3" cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
12980/2013	080.002778/2008	ROQUE SEBASTIÃO LAGE	ILEGAL. Decisão nº 2212/2014, item III cumprido, pois foi editado ato tornando sem efeito o ato de aposentadoria, bem assim o servidor foi desligado do SIGRH. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Servidor desligado do SIGRH.
11512/2014	080.010243/2009	ROSANGELA DE OLIVEIRA PEREIRA CANDEIA	ILEGAL. Decisão nº 6102/2015, itens III, IV e V cumpridos, observando que a aposentadoria foi tornada sem efeito, conforme DODF de 25/2/16. Decisão 77/07: N/A Rem. Atual: N/A.
12743/2013	080.011958/2009	RUTHE DE CERQUEIRA TAVARES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1624/2014. Item "III.2", foi elaborado novo abono provisório. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
10354/2014	080.010083/2009	SANTIAGO GUTIERREZ SAIZ	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4439/2014. Item III cumprido, observando que o servidor devolveu ao erário R\$ 80.760,46, em virtude de percepção indevida de TIDEM, conforme Processo nº 080.002.440/15, anexo aos autos de aposentação. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
10028/2014	080.000322/2008	SILVIA LÚCIA SOARES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5599/2014, Item "II.b" não cumprido(devolução TIDEM). Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto a parcela de Décimos que não foi atualizada nos moldes estabelecidos pela Decisão nº 896/17.
1750/2014	080.004055/2010	SUYAN SANT'ANNA BAPTISTA DE MATTOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3612/2014. Item III: a jurisdicionada constituiu o Processo nº 080.002.784/16 para apurar percepção indevida da TIDEM, porém ainda não concluiu



			as apurações. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
13133/2012	080.007010/2007	TEREZA CRISTINA CASCELLI DE AZEVEDO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5245/2014. Itens "II.2" e "II.3" cumpridos. Decisão 77/07: OK Rem. Atual: OK
18525/2014	080.003119/2011	TERESINHA DE JESUS MARTINS GOMES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4938/2014. Item II cumprido. Decisão 77/07: Abono Provisório com valores da tabela de 30 horas, quando deveria ser 40 horas. Releva. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
19238/2014	080.005669/2010	TEREZINHA MADALENA FERREIRA KURAMOTO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3374/2015. Item III cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
13787/2014	080.010600/2008	TEREZINHA MARIA CARLETO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3967/2015. Item III cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
10052/2014	463.000838/2010	VERA LUCIA DE SOUZA RODRIGUES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4097/2014. Item II cumprido, comprovando-se que a servidora não utilizou tempo de licença prêmio para contagem do abono de permanência. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
8925/2014	080.007277/2008	WALDEMAR GOMES TEIXEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5778/2014. Itens "II.a", "II.b" e "II.c" cumpridos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.

18. No decorrer do processo de análise da regularidade dos pagamentos efetuados pela SEDF, verificou-se, na totalidade dos processos selecionados na amostra que continham a incorporação de Décimos, os quais foram transformados em VPNI por força da Lei nº 4584/2011, que a jurisdicionada absteve-se de efetuar a atualização de seus valores, incorrendo em pagamento a menor aos servidores. Cabe ressaltar a recente publicação da Decisão nº 896/2017, que trata dos critérios a serem observados pela Administração Pública distrital, em razão dos efeitos jurídicos decorrentes do Acórdão TJDFT nº 659.169, objeto da ADI nº 2012.00.2.023636-5, nota-se que os valores da referida VPNI devem ser da época da própria lei distrital, ou seja, julho de 2011.

19. Diante da ausência de atualização da referida parcela em todos os casos analisados por esta equipe de auditoria, infere-se que os outros servidores beneficiários desta rubrica, que não foram selecionados na amostra, ou que ainda se encontrem em atividade, estejam percebendo valores que não correspondem à legislação em vigência.

20. Em relação aos Processos nºs 11563/2014, 6251/2015, 27545/2015, 10346/2014, 17693/2014 e 18525/2014, que tratam das aposentadorias de **AGRIPINA FRANCISCA DOS SANTOS SILVA, ELIZABETE FERNANDES, MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS, MARIA IZABEL DE CASTRO SOUZA, MARIA QUIRINO BISPO DOS SANTOS e TERESINHA DE JESUS MARTINS GOMES** constatou-se a



existência da parcela “Ampliação de Carga Horária” no abono provisório, a despeito da existência da Lei nº 4.395/2009, que fixou os valores em 40 horas. Quanto aos Processos nºs 7023/2014, 12926/2014, 8416/2015 e 12130/2015, que versam sobre as aposentadorias de **GILDA MARIA DE SOUSA PIRES, JOSÉ FABIANO ALVES RODRIGUES, MARIA DAS DORES MARQUES DE AVELAR e MARIA GORETE NEVES FARIAS** foram observadas outras falhas formais no abono provisório. Tais incorreções podem ser relevadas, tendo em conta que os pagamentos atuais dos servidores estão de acordo com a legislação vigente (e-doc: 75ABE599 - fls. 1/3).

21. No que tange aos Processos nºs 19270/2014, 7112/2014, 15585/2014, 10028/2014 e 1750/2014, relativos às aposentadorias de **AUGUSTO HITOCI SATO, JOAQUIM HUMBERTO FERREIRA MACEDO, JOSÉ RAIMUNDO SOUZA OLIVEIRA, SILVIA LÚCIA SOARES e SUYAN SANT’ANNA BAPTISTA DE MATTOS** os casos de devolução de **TIDEM** serão acompanhados no Processo nº 6703/07.

22. Na análise do abono provisório constante do Processo nº 10486/2014, que trata da aposentadoria de **ANA LÚCIA TELLES FERREIRA CHICARINO**, constatou-se que as parcelas foram indevidamente corrigidas pela Lei nº 4.466/2010. De ressaltar que a aposentadoria da servidora ocorreu em 22.02.2010, contudo, referida lei passou a vigor somente em 01.03.2010, ou seja, posteriormente ao citado ato. Considerando que todas as parcelas do abono provisório estão com os percentuais devidamente lançados e por tratar-se de erro formal, sugere-se a superação deste ponto, ainda mais que, da análise dos pagamentos atuais, constatou-se a sua regularidade.

23. Objetivando atender a determinação contida no item II.b da Decisão nº 4884/2014, a jurisdicionada acostou aos autos declaração de que a servidora não utilizou LPA para percepção do abono de permanência (e-docs: 2351FD74 - fls. 13/25; 75ABE599 - fls. 9).

24. Cotejando o Processo nº 34.946/14, que versa sobre a aposentadoria de **ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS**, constata-se descumprimento ao item “II” da Decisão nº 1103/15, pois não foi juntada a declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas nos processos que cuidem de aposentadorias. No entanto, a falha pode ser relevada, pois consultando a Base da RAIS de 2012 a 2014 e 2016, bem assim o resultado do confronto entre várias bases de dados, a exemplo: Sigrh, Siape, Mentor, entre outras, conforme tratado no Processo nº 8608/16-TCDF, não foram identificadas irregularidades de acumulação relacionadas ao citado servidor.

25. No caso do Processo nº 24.126/2014, que trata da aposentadoria da servidora **CECÍLIA MARIA SÁ DE OLIVEIRA**, a jurisdicionada em atenção ao item II.1 da Decisão nº 1719/2015, elaborou novo DTS, excluindo 495 dias alusivos ao período de 02/02/2005 a 11/06/2006, prestados à Secretaria de Minas Gerais, portanto, reduziu o ATS de 25 para 24%, conforme verificado no SIGRH. Em relação ao item II.2 da citada decisão, a servidora foi comunicada da possibilidade de contar tempo para fins de ATS, caso apresentasse certidão de tempo de serviço da Prefeitura de Ubá e do órgão/ministério que assumiu as atribuições do então Ministério do Interior, porém, a servidora não juntou a documentação hábil.



26. Em relação ao Processo nº 7376/2014, que trata da aposentadoria de **CONSTANTINO DE OLIVEIRA VAZ**, constatou-se que os valores do abono provisório estão com vigência de 01.03.2010, quando deveriam ser de 01.03.2011, uma vez que a aposentadoria ocorreu em 20.06.2011, tudo de acordo com a Lei nº 4.395/2009. Ademais, também se verificou a existência da parcela “Ampliação de Carga Horária”, o que está em desacordo com a citada lei, uma vez que fixou valores diferentes para as cargas horárias de 30 e 40 horas. Outro ponto digno de nota é quanto à existência da parcela GAZR – Gratificação de Atividade em Zona Rural, sem a devida comprovação do direito. Todavia, apesar da quantidade de erros no abono provisório, sugerimos que as citadas incorreções sejam relevadas, tendo em conta que os pagamentos atuais do servidor estão de acordo com a legislação vigente, inclusive sem o pagamento da GAZR (e-docs: 2351FD74 - fls. 29; 75ABE599 - fls. 4).

27. No tocante à aposentadoria de **DIOGO GOMES DE OLIVEIRA**, Processo nº 7235/2012, em atenção ao item III da Decisão nº 5471/15, a Secretaria de Educação apurou ressarcimento ao erário no montante de R\$ 225.316,88 a ser devolvido pelo servidor em 360 parcelas de R\$ 626,00. Em consulta ao SIGRH, verifica-se que o primeiro desconto ocorreu em abril de 2017.

28. No Processo nº 080.012.197/2009, relativo à aposentadoria de **FÁTIMA MARIA DE ABREU MESQUITA**, a jurisdicionada demonstrou regularidade no cômputo das licenças-prêmio auferidas pela servidora, ou seja, do total de tempo para licença-prêmio(15 meses) resultou: a) gozo de 3 meses; b) utilização de 9 meses para Abono de Permanência; e c) 3 meses destacados para receber em pecúnia(valor incluído em Exercício Findo), atendendo a diligência disposta no item “III.b” da Decisão nº 4215/14(Processo nº 10311/14).

29. Quanto ao Processo nº 6167/2014, que trata da aposentadoria de **MARIA GLÁUCIA DE CARVALHO MENEZES**, não foi possível emitir opinião sobre sua regularidade, uma vez que o processo encontrava-se, durante a realização dos trabalhos de campo, na Controladoria-Geral do DF. Assim, pela representatividade da amostra, a análise pode ser relevada. (e-doc: 2351FD74 - fls. 87/88).

30. No caso do Processo nº 17693/2014, que trata da aposentadoria da servidora **MARIA QUIRINO BISPO DOS SANTOS**, constatou-se a existência da parcela “Ampliação de Carga Horária” no abono provisório, a despeito da existência da Lei nº 4.395/2009, que fixou os valores em 40 horas. Tal incorreção pode ser relevada, a uma pois a servidora faleceu em 10.08.2012 instituindo pensão em favor de Wriely Lima de Jesus e Wryel Lima de Jesus, cujo ato pende de análise por parte deste Tribunal; a duas, pois no referido ato SIRAC (nº 018355-0), não consta da aba “Proventos” a citada parcela (e-docs: 2351FD74 - fls. 98/101; 75ABE599 - fls. 5).

31. Em relação ao cumprimento do item II.2 da Decisão nº 5339/2014, foi detectado que a servidora percebeu indevidamente a conversão em pecúnia relativa a um mês de licença prêmio, uma vez que o utilizou para a percepção do abono de permanência. Informa a jurisdicionada que encaminhou à área responsável para a repetição do indébito, o que permite ter-se por superada a questão.

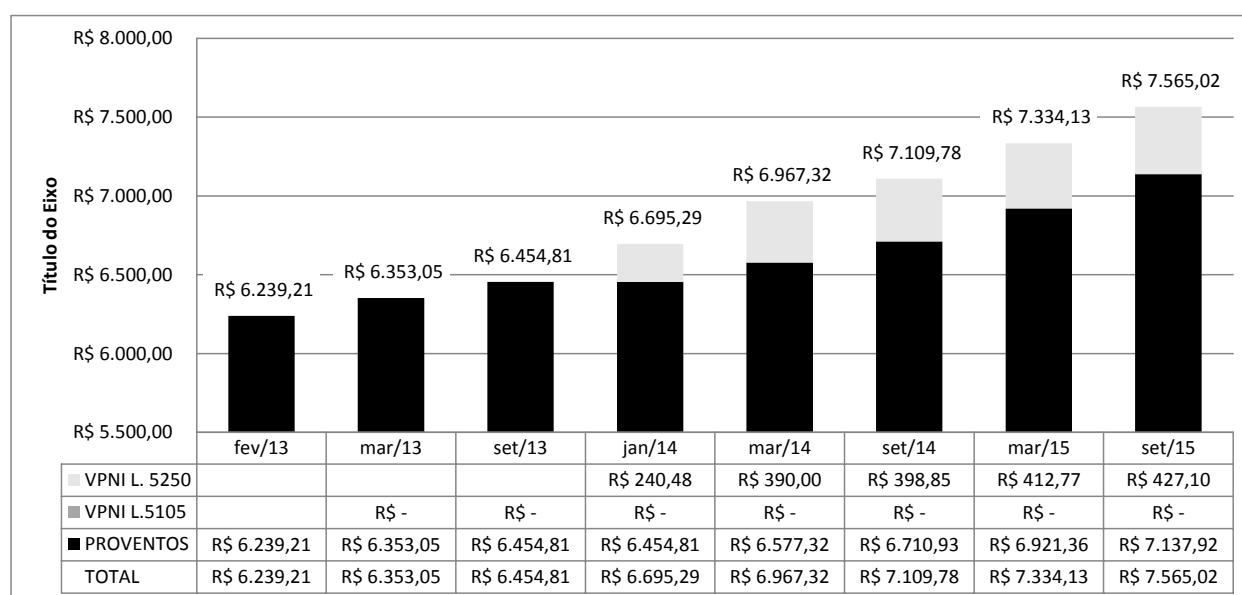
32. A servidora inativa **MARINA DA ANUNCIAÇÃO SOARES**, Processo nº



13.671/14, optou pela aposentadoria da **SE/DF** e renunciou ao cargo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação, com efeitos a partir de 6 de março de 2015, conforme Portaria nº 1.385, de 31/05/16, publicada no DODF de 02/06/16, observando que o cancelamento da concessão foi levado ao conhecimento do TCU, por meio de informações lançadas no Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões – Sisanel.

33. O Processo nº 34821/2009, que trata da retificação de aposentadoria de **MARISTELA MACIEL MOREIRA**, estava sobrestado até o trânsito em julgado da Ação Judicial nº 2008.01.1.159859-5, conforme Decisão nº 3358/2014. Na ocasião, foi determinado o acompanhamento do Agravo no Recurso Especial – AResp nº 487.611, o qual não foi conhecido e seu trânsito em julgado ocorreu em 07.01.2016. Com a baixa dos autos para o TJDF, a Ação Judicial acima referida teve seu arquivamento em definitivo em 27.07.2016. Assim, o processo em questão retornará seu trâmite visando conhecimento do Tribunal e providências pertinentes (e-doc: 2351FD74 - fls. 104/110).

34. No tocante à **MARLENE GOMES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0066253-4 Processo nº 13.655/14, o exame da regularidade da parcela da VPNI da Lei nº 5.250/13 se apoiará nos dados do quadro abaixo:



35. **Cotejando no SIGRH** os valores pagos à servidora, a título de VPNI nos anos de 2014 a 2017 (R\$ 427,11 de janeiro/2014 a abril/2016 e R\$ 412,78 de maio/16 em diante) e os valores calculados pela equipe designada, conforme quadro acima, percebe-se a ocorrência de pagamento irregular com dano ao erário, quanto aos valores pagos de janeiro de 2014 até fevereiro de 2015. Atualmente o valor pago à servidora é de R\$ 412,78, condizente com os valores correspondentes à data-base de março de 2015, uma vez que a aplicação da última parcela ainda não foi implementada.



36. Quanto à restituição ao erário da diferença de valores percebidos a maior e os eventualmente devidos aos servidores, adotar o entendimento que vier a ser definido no âmbito da Ação Judicial TJDFT nº 2016.01.1.085777-3, quando de seu trânsito em julgado.

37. Quanto ao Processo nº 4598/1997, que trata da aposentadoria de **PAULO BARBOSA DE SOUSA**, verificou-se a ausência de providências por parte da jurisdicionada, uma vez que o Mandado de Segurança nº 2010.00.2.010.137-2, impetrado pelo servidor, objetivando a manutenção dos proventos de aposentadoria (acumulação tripla de cargos), teve seu trânsito em julgado em 26.09.2016. Ressalta-se que citado MS teve a segurança denegada. Posteriormente foi impetrado Recurso Ordinário, o qual teve seu seguimento negado pelo STJ. Em consulta ao SIGRH verificamos que o servidor continua percebendo proventos em seus três vínculos no GDF (matrículas nºs 1405528-7, 1405998-3 e 0085441-7). Dessa forma, a jurisdicionada deve adotar as providências cabíveis, em face da decisão de mérito desfavorável ao servidor, providenciando o ressarcimento ao erário e observando quanto ao efeito das decisões judiciais o que restou decidido pelo Tribunal no Processo nº 22.875/14 (Decisão nº 661/15) (e-doc: 2351FD74- fls. 124/132). O Processo nº 4598/1997, referente à concessão, retornará seu curso normal, uma vez que cessou o motivo do sobrestamento.

38. No transcurso da auditoria foi ainda analisado quantitativo de processos cujas impropriedades demandam esclarecimentos ou correções. Nesse cenário, encontram-se sintetizadas no **Quadro II** as particularidades neles presentes que, mais adiante, ensejarão sugestões para o definitivo saneamento:

Quadro II – NA 001 – 1552/17-e-TCDF			
Processo TCDF	Processo GDF	Interessado	Ocorrência ²
18908/2014	080.002300/2009	AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4300/20:4. Quanto ao item III, a jurisdicionada ainda não finalizou os procedimentos para averiguar se subsistem os motivos da invalidez da servidora. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
309/1999	082.008453/1998	AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 525/20:5. Cumprido. Decisão 77/07: Não consta dos autos abono atualizado. Rem. Atual: Parcela GAPED e ATS estão sendo pagas incorretamente.
15917/2014	463.001106/2010	ALICE MARTINS DE SOUSA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5248/20:4. Reiterar. Decisão 77/07: TIDEM e ATS nos percentuais incorretos. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto ATS que está sendo pago 25%, quando o correto é 16%.
20295/2014	080.009355/2009	CÉLIA MONTEIRO DE MENDONÇA OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5905/20:4, item II.b parcialmente cumprido, pois não

² As folhas aqui mencionadas referem-se aos respectivos processos GDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

Fls.: 46

Proc: 1552/17-e

rubrica

			foi retificado o abono provisório, para constar o novo percentual de ATS. Decisão 77/07: Cabe retificar o abono provisório, a teor do item II.b da Decisão nº 5905/2014. Rem. Atual: Proventos atuais com ATS incorreto.
13337/2014	080.003740/2007	ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS	Cor. Post: Não. Decisão nº 695/2016, itens "III.a" e "III.b" cumpridos. Decisão 77/07: O Abono diz respeito à aposentadoria julgada ilegal, ao invés da concessão inicialmente deferida (aposentadoria facultativa aos 65 anos, proventos proporcionais pela média). Rem. Atual: Proventos incorretos, pois em consonância com a aposentadoria julgada ilegal.
19076/2014	080.001111/2007	FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5212/2014. Item II.2 cumprido, conforme novos DTs e Abono Provisório às fls. 86/88 do processo GDF. Decisão 77/07: Incorreto, uma vez que a parcela Proventos foi lançada com valor de R\$ 2.635,33, quando deveria ser R\$ 2.365,33. Em virtude disso, as parcelas vinculadas apresentaram valores incorretos, apesar dos percentuais corretamente lançados. Rem. Atual: Proventos atuais com erro na parcela GAEE, uma vez que o valor correto é de R\$ 29,15 e não de R\$ 24,31. Determinar correção.
20449/2014	080.000829/2011	FRANCISCA RODRIGUES NETA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4359/2016. Não cumprido. Reiterar. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Gratificação de Dedicção Exclusiva" que está com o percentual incorreto. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
6871/2015 (aposentadoria) 20583/2015 (pensão)	469.000109/2009 (aposentadoria) 080.006249/2012 (pensão)	FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA ³ ELZA JESUS DE OLIVEIRA (pensionista)	Cor. Post. Aposentadoria: Sim. Decisão nº 2455/2015. Ver informações abaixo. Cor. Post. Pensão: Não. Decisão nº 4472/2015. Decisão 77/07 Aposentadoria e Pensão: Abono provisório e Título de Pensão incorretos. Rem. Atual: Servidor faleceu e instituiu pensão em favor de ELZA JESUS DE OLIVEIRA, cujos pagamentos atuais encontram-se incorretos.
8521/2015	080.012826/2009	GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAÚJO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1810/2015. Não foi adotada qualquer providência por parte da jurisdicionada. Decisão 77/07: Incorreto, uma vez que, de acordo com o cálculo da média, o valor correto é de R\$ 1.507,77, ao invés de R\$ 1.583,12. Rem. Atual: Pensão atual com erro. O

³ Servidor faleceu em 04.08.2012, instituindo pensão em favor de ELZA JESUS DE OLIVEIRA, a qual foi inserida no rol de análise, tendo em conta o conteúdo da Decisão TCDF nº 2455/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

HS.: 4/

Proc: 1552/17-e

rubrica

			valor correto é R\$ 2.333,86, ao invés de R\$ 2.494,15.
18398/2014	080.000470/2011	GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4822/2014. Nenhuma providência foi adotada pela jurisdição. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
14989/2012	080.003633/2008	GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4429/2014. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Servidora falecida em 03/05/2015, porém os pagamentos continuaram até 01/2016, cabendo providências para ressarcimento ao erário.
17405/2014	080.002509/2009	HELENA BARRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 655/2015, item II cumprido parcialmente, visto que não foi confeccionado novo demonstrativo de média e novo abono provisório, nos moldes indicados pela Controladoria-Geral, conforme Nota técnica nº 331/2012. Decisão 77/07: Abono depende do resultado do cumprimento acima. Rem. Atual: Proventos atuais aguardando desfecho da situação acima.
10117/2014	463.000820/2009	HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5340/2015, item IV.1 não cumprido. Decisão 77/07: abono incorreto, pois as parcelas de décimos não correspondem ao disposto no item IV.1 da citada decisão. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos, conforme citado no corpo do relatório.
2030/2014	080.008043/2009	JAQUELINE CAMPOS VIEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2262/2014, item "III.b" cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais com a VPNI da Lei nº 5.250/2013 com os valores incorretos.
20100/2011	080.003994/2005	JOSÉ ISRAEL SOBRINHO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1738/2016. Cumprido parcialmente. Reiterar. Decisão 77/07: Não foi elaborado novo abono provisório. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos. Deveria ser R\$ 1.760,68 em vez de R\$ 2.110,78.
26731/2012	080.002356/2007	LUCI ALVES PINTO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2371/2014, Item III. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais com as parcelas das VPNI's das Leis nºs 5.105 e 5.250/13 incorretas.
1840/2014	080.010088/2001	LÚCIA MARIA MACIEIRA CÂNCIO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2063/2014. Demanda novas providências. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos em razão do não reajustamento da parcela décimos, que deve observar a Decisão nº 896/2017.
939/2014	470.000051/2010	LUIZA DE OLIVEIRA BARROS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 2489/2014, item II cumprido, a servidora juntou a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

Fis.: 48

Proc: 1552/17-e

rubrica

			certidão do tempo da FHDF, fl. 52 do Processo nº 470.000.051/10. Item III, não cumprido, ou seja, a SE não alterou o percentual de ATS de 20% para 21%. Decisão 77/07: Abono apresenta parceras com valores incorretos. Rem. Atual: Proventos com ATS com percentual de 20% ao invés de 21%.
18371/2014	080.008065/2009	LUIZA HELENA FERRAZ	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5340/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto ATS. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto ATS que está sendo pago 24%, quando o correto é 25%.
7040/2014	080.011169/2008	MÁRCIA LIMA NOGUEIRA DA GAMA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3493/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Parcela Décimos do abono merece esclarecimentos adicionais. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto parcela Décimos.
15852/2014	080.008555/2009	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4242/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "VPNI L.2932/2002". Rem. Atual: Proventos atuais com erro nas parcelas "VPNI L.2932/2002" e "VPNI L.4584/11-DEC"
17090/2014	080.008021/2010	MARIA APARECIDA FIGUEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5900/2014. Não cumprida. Decisão 77/07: Não consta dos autos o abono provisório. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto parcela "ATS" que está sendo paga no percentual de 29%, quando o correto é de 12%.
3800/2014	080.003938/2010	MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3091/2014. Item II.b demanda esclarecimentos. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto parcela GAZR.
10370/2014	080.002477/2010	MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY	Cor. Post: Sim. Decisão nº 153/2015, item "III.a" não cumprido. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
27214/2014	080.005078/2008	MARINALVA DA GLÓRIA BENEVIDES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 884/2015. Item III.a reiterar; itens III.b e III.c, cumpridos. Decisão 77/07: Impossibilidade de verificação, tendo em vista o descumprimento do item III.a. Rem. Atual: Corrigir ATS para 15%; VPNI da Lei nº 5.250/2013 com os valores incorretos.
10001/2014	080.001989/2003	NELITA PEREIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5598/2014, item III não cumprido. Decisão 77/07: Abono incorreto. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos.
5543/2014	080.007977/2009	NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3615/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Gratificação de Titulação". Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC 71331C58-e

Proc 1552/2017

Fls.: 49

Proc: 1552/17-e

rubrica

			parcela "Gratificação de Titulação" e Décimos.
12888/2014	080.000706/2010	NILSO JOSÉ CALLEGARO CASSANTA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4584/2014, Item "II.b" cumprido, alterando-se a vantagem como 2/10 do DF-9 da Lei 1.004/96 e 2/10 DF-9 da Lei 1.141/96. Decisão 77/07: Abono não foi alterado para considerar as parcelas de décimos citadas acima. Rem. Atual: Proventos incorretos, pois o valor pago dos décimos da Lei nº 1004/96 está em R\$ 672,26, enquanto o correto é R\$ 215,14, nos moldes estabelecidos às fls. 81 do Processo nº080.000.706/2010. .
7983/2015	080.005640/2008	NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3074/2016. Cumprimento em andamento. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "GAPED". Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto parcela "GAPED".
32701/2013	080.005659/2008	NOEME GOMES XAVIER	Cor. Post: Sim. Decisão nº 306/2015. Não cumprido. Decisão 77/07: Abono prejudicado, em face do não cumprimento da diligência acima. Rem. Atual: Proventos atuais prejudicados, em virtude da situação citada anteriormente.
9697/2014	080.010576/2009	RENAULD CAMPOS LIMA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4212/2014, item "III.a" cumprido com imperfeição. Decisão 77/07: Abono provisório com erro na classificação funcional, pois considerou Classe "B", ao invés de Classe "A". Rem. Atual: Proventos atuais OK.
19356/2015	080.007582/2012	RITA MARIA ALVES PEREIRA SOARES Instituidor: WELLINGTON CLAUDIO SOARES	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5843/2015, item II cumprido. Decisão 77/07: Abonos OK, em relação as pensões civis dispostas nos atos/Sirac nºs 5057-4 e 6641-0). Rem. Atual: Os proventos efetuados aos beneficiários vitalício e temporário, atos Sirac nºs 5057-4 e 6641-0, Rita Maria Alves Pereira Soares e Wellington Cláudio Pereira Soares, respectivamente, apresentam impropriedades, carecedores de saneamento pela jurisdicionada.
12900/2014	080.002596/2009	ROSILENE NICOLINO ROCHA DA SILVA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4400/2014, item "II.b" não cumprido, pois a alteração do ATS de 10% para 9% não refletiu no abono provisório e no pagamento da servidora. Decisão 77/07: Abono com percentual de ATS errado. Rem. Atual: Proventos atuais incorretos, pois o ATS está em 10% ao invés de 9%.
31904/2014	080.003026/2011	SALVELINA MACIEL DE ABREU	Cor. Post: Sim. Decisão nº 1025/2015. Nenhuma providência foi adotada pela jurisdicionada. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.



9273/2007	080.031225/2003	SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA	Cor. Post: Não. Decisão nº 2743/2015, Item "II" cumprido, pois foi ajustada a proporcionalidade dos proventos para 7/30. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais com parcela da Lei nº 5.250/13 incorreta.
13760/2014	467.000609/2009	SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5126/2014. Cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Gratificação de Titulação". Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto parcela "Gratificação de Titulação".
19343/2014	465.000360/2010	TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM	Cor. Post: Sim. Decisão nº 5306/2014. Item "II.a" cumprido. Decisão 77/07: Abono não contempla a Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, percebida pela servidora desde 2005. Rem. Atual: Proventos atuais corretos com a parcela de GAZR, porém os décimos não estão atualizados pela tabela de julho de 2011, a teor da Decisão nº 896/17.
13132/2014	080.008146/2010	VICENTE REZENDE DOS SANTOS	Cor. Post: Sim. Decisão nº 4220/2014. Item III cumprido. Decisão 77/07: Abono OK, exceto parcela "Gratificação de Titulação" e "Ampliação de Carga Horária". Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto parcela "Gratificação de Titulação".
6205/2014	080.001883/2011	VIRGILIO MIGUEL DA SILVEIRA	Cor. Post: Sim. Decisão nº 3161/2014. Cumprido parcialmente. Reiterar Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.

39. Em relação a **AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS**, Processo nº 18908/2014, cuja aposentadoria ocorreu em 10/06/2009, verificou-se que a Coordenadoria de Saúde Ocupacional da SE, em março de 2015, entendeu não ser possível realizar nova junta médica, em razão do tempo decorrido, visto que a servidora inativou-se em 10/06/2009. Objetivando dirimir a questão, a SE encaminhou os autos à PGDF, que concluiu descaber aplicação de prescrição, pois a providência pode ser efetivada com fulcro no instituto da reversão, artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 840/2011. Prosseguindo com medidas para cumprir a determinação plenária, a SE, em fevereiro de 2016, encaminhou à interessada convocação via email para realização de novo exame médico, porém, não houve atendimento satisfatório. O Tribunal poderá reiterar a jurisdicionada o cumprimento da determinação plenária.

40. Em relação ao Processo nº 309/1999, que trata da aposentadoria de **AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA**, não consta dos autos abono provisório atualizado, de acordo com a decisão proferida na Ação de Conhecimento nº 2013.01.1.121302-7, a qual foi desfavorável ao DF, no sentido de que seja averbado nos assentamentos funcionais do autor o período de 25.03.1970 a 16.08.1978. Ressalta-se que a despeito da incorreção do abono, a jurisdicionada acatou o pleito.



Em relação aos pagamentos atuais, verificou-se pelo que consta nos autos erro nas parcelas “GAPED” e “ATS”, uma vez que, quanto à primeira, o percentual correto é de 20,4%, ao invés de 21,6%, e, quanto à segunda, o correto é 21%, ao invés de 24%, situação que demanda providências, sem olvidar dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

41. Quanto ao cumprimento das medidas contidas na Decisão nº 525/2015, informa-se que o item “III.a” foi devidamente cumprido. O item “III.b” trata-se de assunto abordado em parte específica desse relatório (acompanhar o desfecho da ADI nº 2010.00.2.010603-2). Em relação ao item “III.c”, conforme já dito, a jurisdicionada adotou os termos da decisão contida na Ação de Conhecimento nº 2013.01.1.121302-7, transitada em julgado em 27.11.2014. Em consulta ao sítio do TRF da 1ª Região, verificou-se que o Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4 e a Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, também mencionados no *decisum*, encontram-se em andamento (e-docs: 2351FD74 - fls. 2/7; 75ABE599 - fls. 7).

42. Em relação ao Processo nº 15917/2014, que trata da aposentadoria de **ALICE MARTINS DE SOUSA**, na análise do abono provisório, constatou-se que a TIDEM está sendo calculada no percentual de 46%, quando o correto é de 50%, bem como o ATS, que deveria apresentar o valor de 16% e não 25%. Nos pagamentos atuais, verificou-se o mesmo erro relativamente ao ATS. A permanência desse erro, decorrem do descumprimento do item II.2 da Decisão nº 5248/2014, que determinou à jurisdicionada que excluísse o cômputo do período trabalhado na Prefeitura Municipal de Guarulhos, o que não foi feito (e-docs: 2351FD74 - fls. 8/12; 75ABE599 - fls. 8).

43. Em relação à inativa **CÉLIA MONTEIRO DE MENDONÇA OLIVEIRA**, Processo nº 20295/2014, quanto à providência relacionada ao item II da Decisão nº 5.905/2014, foi elaborado novo Demonstrativo de Tempo de Serviço com a exclusão do mencionado tempo de serviço, reduzindo o ATS de 24 para 13%. Ocorre que a alteração não repercutiu nos proventos da interessada, nem houve a elaboração de novo abono provisório, o que enseja determinação para correção.

44. Em relação à aposentadoria de **ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS**, matrícula nº 094064-X, saliente-se a edição da **Decisão nº 5095/2015**, por meio da qual, em síntese, o Tribunal **considerou ilegal a concessão em exame (art. 3º da EC 47/05)**, com recusa do registro, determinando a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), no sentido de dar ciência ao interessado quanto à possibilidade de manutenção da aposentadoria inicialmente concedida, com fundamento no art. 40, §§ 1º, inciso III, alínea “b”, 3º, 8º e 17, da Constituição Federal, na redação dada pela EC n.º 41/2003, cabendo observar medidas indicadas para saneamento da matéria, para que, posteriormente, os autos apensos sejam novamente encaminhados a esta Corte de Contas para fins de apreciação do ato concessório.

45. O servidor, por sua vez, após conhecer da decisão sobredita juntou documentos no Processo nº 080.003.740/2007-GDF, a respeito de sua aposentadoria. O Tribunal, após apreciar a matéria, **proferiu a Decisão nº 695/2016**, em suma, para determinar à SE/DF que pronunciasse a respeito dos documentos apresentados pelo servidor Elcio, reiterando ao servidor **os termos da Decisão n.º 5.095/2015**, no que



pertine à possibilidade de manutenção da aposentadoria inicialmente concedida.

46. A jurisdicionada, em atenção ao item “**III.a**” da Decisão nº 695/2016, explicitou que os períodos compreendidos entre 01.10.1969 a 11.1972 e entre 01.08.1972 a 24.04.1974, respectivamente, de serviço prestado à Escola Técnica e Comércio do Triângulo Mineiro e à Faculdade de Filosofia Santo Tomás de Aquino **estão concomitantes com o tempo já averbado**; quanto ao período de 24.04.1974 a 14.10.1976, de serviço prestado ao Centro Educacional Planalto poderá ser averbado, desde que seja apresentada a certidão de Tempo de serviço expedida pelo INSS. No tocante ao item “**III.b**”, o servidor foi cientificado dos termos da Decisão nº 5.095/15, optando pela manutenção da aposentadoria inicialmente concedida, conforme fl. 147-verso do Processo nº 080.003.740/2007.

47. Ocorre que a despeito das informações colhidas quanto ao item “**III.b**” da Decisão nº 695/16, quanto à opção do servidor pela **aposentadoria inicialmente concedida** (facultativa aos 65 anos, proporcional pela média), os autos não foram saneados, ou seja, a aposentadoria do servidor continua com fundamento do art. 3 da EC 47/05, o que guarda desconformidade com o **item II da Decisão nº 5095/15**. Vale determinar ao órgão a adoção de providências saneadoras.

48. Em relação ao processo de aposentadoria nº 19076/2014, de **FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS**, verificou-se o cumprimento da diligência constante do item II.2 da Decisão nº 5212/2014. Todavia, ao analisar as parcelas do Abono Provisório, constatou-se que a parcela proventos foi indevidamente lançada no valor de R\$ 2.635,33, quando o correto é de 2.365,33. Em virtude disso, as parcelas vinculadas (Gratificação de Dedicação Exclusiva, Gratificação de Regência de Classe e Gratificação de Ensino Especial) apresentaram valores incorretos, apesar dos percentuais corretamente lançados. Assim, o valor pago da parcela GAEE monta em R\$ 24,31, quando deveria ser R\$ 29,15 (e-docs: 2351FD74 - fls. 30; 75ABE599 - fls. 11).

49. No que tange ao Processo nº 20449/2014, que trata da aposentadoria de **FRANCISCA RODRIGUES NETA**, da análise do abono provisório, constatou-se sua regularidade, à exceção da parcela “Gratificação de Dedicação Exclusiva” que apresentou o percentual de 18%, quando o correto deveria ser de 50%. Todavia, pode-se ter por superada essa incorreção, tendo em conta que os pagamentos atuais da servidora encontram-se corretos. Quanto ao cumprimento do item III da Decisão nº 4359/2016, apesar de diversas tentativas de cumprimento por parte da jurisdicionada, não foram acostadas aos autos as certidões citadas às fls. 66 do processo GDF. Dessa forma, deverá ser reiterada a determinação, com o adendo de que a jurisdicionada deve adotar as providências necessárias para a efetividade da medida, ou do contrário excluir os tempos referidos para todos os fins considerados (e-docs: 2351FD74 - fls. 31/32; 75ABE599 - fls. 12).

50. Quanto ao Processo nº 6871/2015, que trata da aposentadoria de **FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA**, verificou-se que o abono provisório está com o valor incorreto de R\$ 1.160,24, quando o correto é de R\$ 1.166,70. O servidor, na data de sua aposentadoria, contava com 7138 dias de contribuição, assim, aplicando a proporcionalidade de 7138/12775, chega-se ao valor acima referido, uma vez que, de



acordo com a planilha de cálculo elaborada pela jurisdicionada, a média salarial do servidor é de R\$ 2.088,07. De ressaltar que o abono provisório que consta do processo GDF, e que estipula o valor de R\$ 1.160,24, foi tornado sem efeito e substituído pelo Título de Pensão (Ato Sirac 12921-4), tendo em conta o falecimento do servidor em 04.08.2012 e que o processo de aposentadoria tramita em conjunto com o de pensão. Neste processo, foi inserido o Título de Pensão com o valor de R\$ 1.310,41, o qual também está incorreto (sendo este o valor do abono provisório constante do Ato Sirac 7854-7). Tendo em conta o falecimento do servidor, desconsidera-se a necessidade de correção do abono provisório do processo de aposentadoria, todavia, quanto ao processo de pensão (concedida à beneficiária **Elza Jesus de Oliveira**, mencionada a seguir) é salutar sua correção, para que passe a vigor com o valor de R\$ 1.166,70.

51. Em atendimento ao item III da Decisão nº 2455/2015, a jurisdicionada acostou aos autos do processo de pensão novo cálculo da média, conforme se verifica as fls. 77/81 do processo GDF nº 080.006249/2012 - pensão. Nessa oportunidade, o cálculo da média foi de R\$ 2.076,51 para R\$ 2.088,07, que, conforme dito acima, estabelece o montante do abono provisório e do título de pensão em R\$ 1.166,70.

52. Quanto aos pagamentos atuais (Processo nº 20583/2015 - pensão) à **ELZA JESUS DE OLIVEIRA**, aplicando a correção do RGPS ao valor do título de pensão a que a pensionista faz jus, chega-se ao valor de R\$ 1.599,92, todavia, em análise aos estipêndios pensionais, verificou-se pagamento na ordem de R\$ 1.806,98, situação que demanda providências (e-doc: 2351FD74 - fls. 33/35).

53. Em relação ao Processo nº 8521/2015, que trata da aposentadoria de **GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAÚJO**, verificou-se que a jurisdicionada não adotou qualquer providência a fim de esclarecer a divergência entre a proporcionalidade de 12428 dias, em vez de 12429, bem como do valor do abono provisório de R\$ 1.583,12, em vez de R\$ 1.507,77, conforme consta do item II da Decisão nº 1810/2015. Ao procedermos à análise dos autos, verificamos que o cálculo da média elaborado pela Secretaria monta o valor de R\$ 1.549,87, dessa forma, observando a proporcionalidade de 12429/12775, obtém-se o valor de R\$ 1.507,77, conforme apurado pelo controle interno. Ademais, os pagamentos atuais também estão incorretos, uma vez que, de acordo com a atualização do INSS, deveria estar sendo pago na rubrica 10215 "Proventos EC 41" R\$ 2.333,86 ao servidor, e não R\$ 2.494,15, situações que demandam providência por parte da jurisdicionada, sem olvidar dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (e-doc: 2351FD74 - fls. 36/38).

54. Em relação ao Processo nº 18398/2014, que trata da aposentadoria de **GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO**, nenhuma providência foi adotada pela jurisdicionada visando atender a demanda do item II.2 da Decisão nº 4822/2014, o que requer providências (e-doc: 75ABE599 - fls. 14).

55. A Secretaria de Educação deu cumprimento à Decisão nº 4.429/14. Ocorre que consultando o SIGRH, nota-se que a inativa **GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA**, matrícula nº 0040664-3, faleceu em 03.05.2015, e os pagamentos continuaram até 01/2016, portanto, 8 (oito) meses de pagamento após o óbito, no montante de R\$ 29.680,08 = (R\$ 3.710,01 x 8).



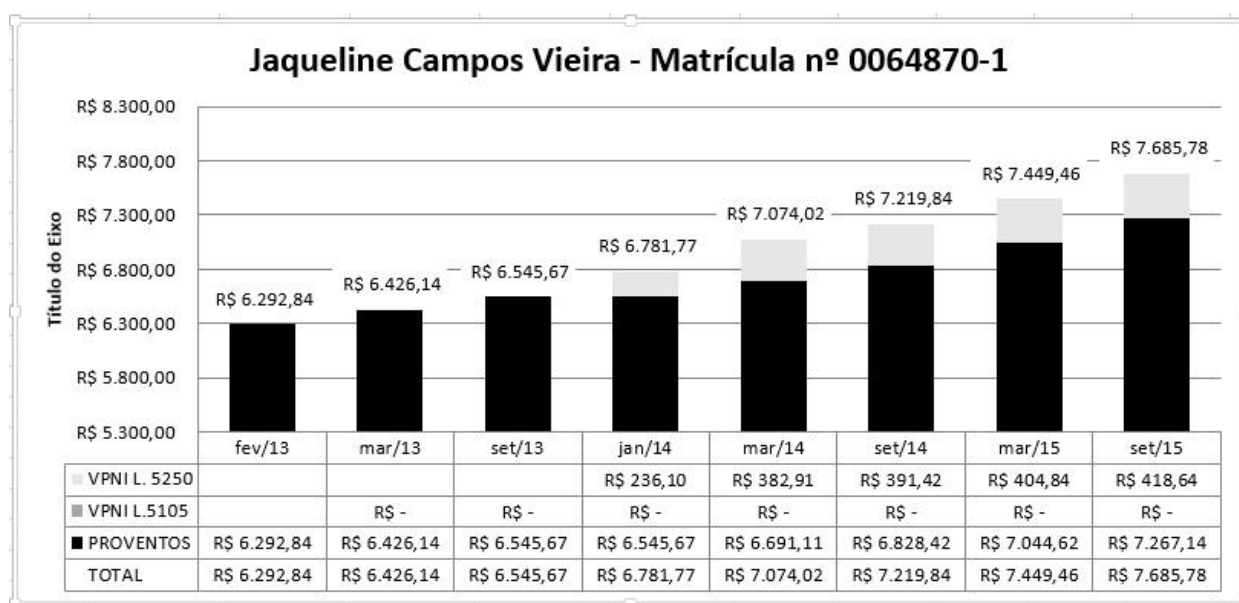
56. No tocante ao Processo nº 17405/2014, que versa sobre a aposentadoria de **HELENA BARRA**, nota-se que a Secretaria de Educação não implementou as medidas indicadas pela Controladoria-Geral, a teor da Nota Técnica nº 331/2012, para fins de ajustar o Demonstrativo da Média, fls.30/33 do Processo nº 080.002.509/2009 e o abono provisório, fl. 34 do citado Processo nº 080.002.509/2009, o que implica no descumprimento do item II da Decisão nº 655/2015. Vale reiterar a determinação.

57. A verificação feita no Processo nº 10.117/2014, que trata da aposentadoria de **HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA**, demonstra que as parcelas de décimos não foram retificadas nos moldes do item IV.1 da Decisão nº 5340/15, assim, o pagamento da vantagem está errado, tanto no percentual incorporado, 8/10 ao invés de 6/10, quanto na composição dos cargos incorporados. Cabe reiterar a determinação para elaboração de novo abono provisório e correção do pagamento.

58. Examinando os pagamentos atuais da servidora **JAQUELINE CAMPOS VIEIRA**, matrícula nº 64870-1, observou-se que a servidora vem percebendo a parcela “**VPNI LEI 5250/2013**”. Antes de avaliarmos a regularidade da parcela, por oportuno, cabe trazer à tona discussão ocorrida no âmbito do Processo TCDF nº 23081/2014 (Auditoria de Regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas da SEDF no exercício de 2014).

59. Em breve resumo, naquela oportunidade foi detectada a implementação de metodologia equivocada do cálculo do índice de reajuste a ser concedido aos servidores aposentados da Carreira Magistério Público na modalidade proporcional. Basicamente dois foram os erros em que incorreu a Administração. O primeiro refere-se ao estabelecimento da data base 09/2015 para a implementação do reajuste, quando deveria ocorrer na medida em que se dessem os reajustes aprovado pela Lei nº 5.105/2013(ou seja, março/13, set/13, março/14, set/14, março/15, set/15), o que acarretou antecipação de reajuste. Já o segundo refere-se à forma de cálculo da VPNI da Lei nº 5.105/13, que surgiu do decréscimo da remuneração de alguns servidores na implementação da referida lei. A partir da data base 03/2014, a jurisdicionada adotou a sistemática de acrescentar os valores porventura surgidos da aplicação da Lei nº 5.105/13 à VPNI 5.250/13 (que já se encontrava com valor muito superior ao devido, tendo em conta a antecipação do reajuste que seria concedido somente na data base 09/2015, conforme já dito), quando o correto deveria ser o acréscimo à VPNI 5.105/13.

60. Feitas tais considerações, passa-se, agora, à verificação da regularidade da parcela VPNI 5250 percebida pela servidora, conforme quadro abaixo:



61. Efetuando o cotejo no SIGRH dos valores pagos à servidora, a título de VPNI nos anos de 2014 a 2017 (R\$ 396,67 de janeiro/2014 a abril/2016 e R\$ 296,01 de maio/16 em diante) e os valores calculados pela equipe designada, conforme quadro acima, percebe-se a ocorrência de pagamentos a menor a servidora. Atualmente o valor pago à servidora é de R\$ 296,01, quando o correto deveria ser R\$ 404,84, conforme valores correspondentes à data-base de março de 2015, uma vez que a aplicação da última parcela ainda não foi implementada.

62. Concluída a análise da parcela “VPNI LEI 5250/2013”, sugere-se corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da referida parcela de R\$ 296,01 para R\$ 404,84.

63. Quanto ao Processo nº 20100/2011, que trata da aposentadoria de **JOSÉ ISRAEL SOBRINHO**, verificou-se que, em atendimento ao item IV.a da Decisão nº 1738/2016, foi realizado novo cálculo da média, cujo montante totalizou R\$ 1.199,98. Dessa forma, tendo em conta que o servidor na data da sua aposentadoria contava com 9.890 dias de contribuição, aplicando-se a proporcionalidade de 9.890/12775, chega-se ao valor dos proventos de R\$ 928,98, cujo valor atualizado, para 2017, é de R\$ 1.760,68. Ressalta-se, por relevante, que não foi elaborado novo abono provisório, a despeito da determinação do Tribunal.

64. Quanto aos pagamentos atuais, constatou-se que o servidor foi notificado da redução de seus proventos, para, querendo, apresentar suas razões de defesa. Todavia, em análise aos pagamentos, verificou-se que o servidor vem percebendo R\$ 2.110,78, quando o correto é R\$ 1.760,68, situação que demanda providências (e-doc: 2351FD74 - fls. 41/49).

65. No tocante à inativa **LUCI ALVES PINTO**, matrícula nº 206.117-1, aposentou-se, no cargo de Professor, Classe A, Etapa 10-CD I, **proventos proporcionais**, de acordo com o ato publicado no DODF de 17.04.2008, retificado por ato publicado no DODF de 06.10.2009 (Proc. nº 26.731/12-TCDF). Posteriormente, em **07/03/14**, a concessão foi revista para **Integralização de proventos** em face de



acometimento de moléstia especificada no art. 18, §5º, da Lei Complementar nº 769/08(Processo nº 14.588/16-e).

66. Com a edição da Lei nº 5.105, de 03/05/2013, que reestruturou a carreira de Magistério Público do DF, parcelas remuneratórias foram alteradas, porém a aplicação da norma não caberia redução de remuneração, a teor do seu art. 39, *verbis*:

Art. 39. Nenhuma redução de remuneração ou de proventos pode resultar da aplicação do conjunto de normas estabelecidas nesta Lei, sendo assegurada, na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, a parcela correspondente à diferença eventualmente obtida, a qual será atualizada exclusivamente pelos índices gerais de reajuste dos servidores públicos distritais.

67. No caso da servidora, a aplicação da referida Lei nº 5.105/13 ocasionou **VPNI de R\$ 241,47**(redução da remuneração) a partir de março de 2013, nesse caso, a situação ocorreu porquanto a **TIDEM**, com percentual de 50%, foi substituída pela Gratificação de Tempo Integral - **GTI**⁴, que tem percentual de 30%, tendo em conta a mesma base de cálculo, conforme demonstrativo abaixo.

	fev/13		mar/13	
	PROPORCIONAL	INTEGRAL	PROPORCIONAL	INTEGRAL
Proventos	922,12	2766,36	1080,28	3240,86
GAPED	165,98	165,98	194,45	194,45
VPNI L. 2932/02	0	0	0	0
Titulação L 3318/04	0	0	0	0
GAA	0,00	0,00	0,00	0,00
ATS	248,97	248,97	291,67	291,67
TIDEM(50%)/GTI(30%)	1383,18	1383,18	972,25	972,25
PARCELA INDIVIDUAL	59,87	59,87	0	0
		R\$		
	R\$ 2.780,12	4.624,36	R\$ 2.538,65	R\$ 4.699,23
VPNI L.5105			R\$ 241,47	
TOTAL			R\$ 2.780,12	
			R\$ 0,00	0,016190349

68. Posteriormente, com a edição da **Lei nº 5.250**, de 19/12/13, garantiu-se aos aposentados da carreira Magistério Público com proventos proporcionais o mesmo índice de reajuste da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, merecendo destaque os arts. 1º ao 3º dessa lei, *in verbis*:

⁴ Art. 17, VII, da Lei nº 5.105/13.



Art. 1º Ao aposentado da carreira Magistério Público do Distrito Federal **com proventos proporcionais** aplica-se o mesmo índice de reajuste da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, concedido aos servidores aposentados com provento básico integral.

§ 1º Deve ser considerada, para fins de apuração do índice de reajuste, a similaridade das parcelas da remuneração do servidor com provento básico proporcional e do servidor com o provento básico integral.

§ 2º O cálculo de que trata o § 1º é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação.

§ 3º O valor identificado fica transformado em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – **VPNI**.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos pensionistas cujo instituidor de pensão se enquadre nas regras estabelecidas no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2014. (o grifo não é do original)

	set/13		jan/14	
	PROPORCIONAL	INTEGRAL	PROPORCIONAL	INTEGRAL
Proventos	1231,79	3695,38	1231,79	3695,38
GAPED	221,72	221,72	221,72	221,72
VPNI L. 2932/02	0	0	0	0
Titulação L 3318/04	0	0	0	0
GAA	0,00	0,00	0,00	0,00
ATS	332,58	332,58	332,58	332,58
TIDEM	554,3	554,3	554,3	554,3
PARCELA INDIVIDUAL	0	0	0	0
	R\$ 2.340,39	R\$ 4.803,98	R\$ 2.340,39	R\$ 4.803,98
VPNI L.5105	R\$ 439,73		R\$ 439,73	
TOTAL	R\$ 2.780,12		R\$ 2.780,12	
	R\$ 0,00	0,038842132	R\$ 0,00	0,038842132
VPNI L. 5250			R\$ 107,99	
			R\$ 2.888,11	

69. No tocante às VPNI's das **Lei 5.105/13** e **Lei nº 5.250/13**, relacionadas com a servidora Luci duas situações merecem relevo.

70. **A primeira**, diz respeito aos cálculos elaborados pela jurisdicionada, pois divergentes dos valores apurados na auditoria, no entanto, o assunto será melhor abordado nos §§128/134 deste Relatório.

71. **A segunda**, consiste em que mesmo após a integralização dos proventos da servidora Luci Alves Pinto, em face de doença especificada em lei, a jurisdicionada



continuou pagando as referidas parcelas de **VPNI**⁵.

72. A nosso ver, a situação afigura-se irregular, pois com a integralização dos proventos da servidora o padrão remuneratório foi suplantado, por conseguinte não subsistem mais os fatos geradores das referidas VPNI's, quais sejam: redução da remuneração(art. 39 da Lei nº 5.105/13) e proporcionalidade de proventos da carreira Magistério Público(art. 1º da Lei nº 5.250/13).

73. Para exemplificar, indicaremos as parcelas remuneratórias percebidas pela servidora proporcionalmente(05/14) e integralmente(06/14), conforme quadro abaixo:

LUCI ALVES PINTO - PROFESSORA DE EDUC. BASICA 10-PQ3 - APOSENTADA			
05/14		06/14	
Cod. ---Descricao	Valor	Cod. ---Descricao	Valor
10008 PROVENTOS - Proporcional (10/30)	1.417,98	10008 PROVENTOS - Integral (30/30)	4.253,94
10160 VPNI LEI 5105/13-	439,73	10160 VPNI LEI 5105/13-	439,73
10271 GAPED LEI 5105/13 6,00	255,23	10271 GAPED LEI 5105/13 6,00	255,23
10504 ADIC.P/TEMPO SERV 9,00	382,85	10504 ADIC.P/TEMPO SERV 9,00	382,85
10610 VPNI LEI 5250/2013	827,02	10610 VPNI LEI 5250/2013	827,02
10942 AUXILIO SAUDE	200,00	10942 AUXILIO SAUDE	200,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO mensal paga via Sigrh	3.522,81		6.358,77 (I)
		valor das VPNI's das Leis nºs 5.150 e 5.250/13	1.266,75 (II)
		TOTAL DA REMUNERAÇÃO sem o valor das aludidas VPNI's	5.092,02 (I-II)

Obs: Valores extraídos do Sigrh

74. Note-se que em 05/14 a remuneração da servidora foi incrementada com parcelas das VPNI's das Leis nºs 5.105(art. 39) e 5.250/13(art. 1º) para evitar redução de remuneração e garantir aplicação do mesmo índice de reajuste da Lei nº 5.105/13 concedido aos aposentados com provento básico integral, nos moldes apurados pela SE/DF.

75. Ocorre que a partir de 06/14, com a integralização dos proventos da servidora (§ 65), não se vislumbram **os motivos hábeis para pagamento das VPNI's**

⁵ No Sigrh, nota-se que a integralização efetivou-se em 6/14, sendo que as duas VPNI's foram pagas cumulativamente até 05/16 e a partir de 06/16 continua sendo paga apenas a parcela VPNI da Lei 5.105/13.



das Leis 5.150 e 5.250/13, quais sejam: redução de remuneração e proventos proporcionais, respectivamente. Porém, a jurisdicionada continua pagando os valores de tais parcelas.

76. Não há se falar em possível redução de remuneração, pois se do valor total pago à servidora em **06/14(R\$ 6.358,77)** excluirmos os valores das referidas VPNI's(R\$ 1.266,75) **resultará no montante devido por conta da integralização de R\$ 5.092,02, que é superior ao valor do mês 5/14(R\$ 3.522,81).**

77. Saliente-se que a irredutibilidade de vencimentos assegurada ao servidor público(art.37, XV, da Constituição Federal) alcança o valor global da remuneração, ao revés de parcelas, motivo pelo qual não há se falar em direito adquirido a regime jurídico, conforme entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal:

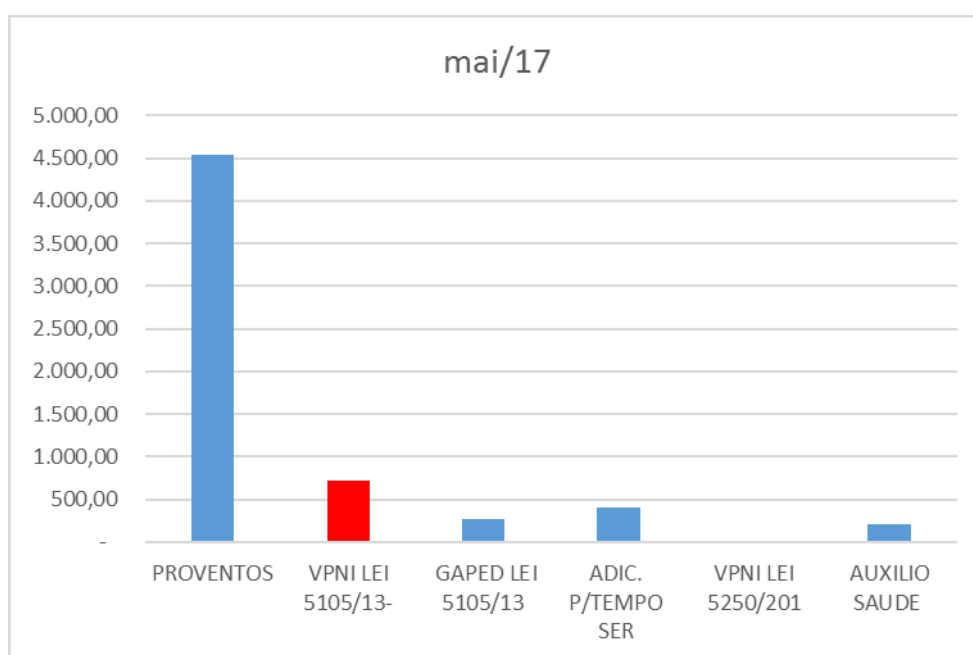
'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS ASSEGURADA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO RE 563.965. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico, devendo ser-lhe assegurada, entretanto, a irredutibilidade de vencimentos (RE 563.965, Pleno, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJ de 19.3.09). 2. No mesmo sentido as seguintes decisões: AI 730.020-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJ de 08.08.12; RE 650.062-AgR-ED, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 1º.08.12; RE 655.518-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJ de 14.03.12; AI 632.933-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJ de 15.03.12. 3. In casu, o acórdão originalmente recorrido assentou que: 'ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MP 2.215-10. ADICIONAL DE INATIVIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Está pacificado no âmbito do STF o entendimento de que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico e remuneratório, sendo-lhe assegurado tão somente a irredutibilidade de vencimentos.' 4. Agravo regimental a que se nega provimento.' (RE 696009 AgR, Relator (a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 18/09/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-193 DIVULG 01-10-2012 PUBLIC 02-10-2012)

78. Note-se também que as referidas VPNI's detêm caráter provisório. O art 39 da Lei nº 5.105/13(transcrito anteriormente no § 66) assegurou ao servidor "(...)na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, a parcela correspondente à diferença **eventualmente** obtida, (...). Ora, o teor da lei está cristalino, a diferença a perceber é **transitória**, pois enquanto perdurar a redução da remuneração.

79. Quanto à VPNI da Lei nº 5.250/13, conforme disciplinado no seu art. 1º, só alcança o aposentado da carreira Magistério Público do Distrito Federal **com proventos proporcionais**. Contudo, se posteriormente, os seus proventos forem **integralizados**, a exemplo de acometimento de doença especificada em lei, o pagamento de tal VPNI deverá cessar, assim, pois eliminada a condição hábil para percepção de tal verba(proventos proporcionais), situação hábil para caracterizar o pagamento da verba como momentâneo.



80. Nesse sentido, em se tratando de verbas de caráter transitório, afigura-se necessário eliminá-las para, em primeiro lugar, evitar **privilégio** a uma parcela de servidores da SE/DF (inativos com proventos proporcionais com posterior integralização), que, por conta da manutenção do pagamento de tais verbas (VPNI's), se destacam percebendo valores remuneratórios superiores aos servidores ativos e também inativos com proventos integrais, tendo por base a mesma classificação funcional e gratificações. Por exemplo, no caso da servidora Luci Alves Pinto, Prof de Educação Básica, classificação funcional 10-PQ3, proventos integrais, atualmente percebe R\$ 6.149,87⁶, valor superior em R\$ 724,06 (VPNI da Lei nº 5.105/13, abaixo destacada em vermelho) comparativamente com servidor ativo, nas mesmas condições funcionais.



Obs: Valores extraídos do SIGRH

81. Em segundo lugar, para informar que em consulta ao Sigrh, empresa 652 (Secretaria de Educação), apurou-se a existência de mais de **500** servidores **aposentados com proventos integrais** que continuam percebendo as VPNI's das Leis 5.150 e/ou 5.250/13, gerando despesa mensal ao GDF de **R\$ 121.447,95**.

82. Desse modo, para fins de saneamento, cabe esclarecer a SE/DF que a partir da integralização dos proventos do servidor inativo cessam as condições hábeis para pagamento das VPNI's das Leis nºs 5.105/13 (art. 39, redução da remuneração) e 5.250/13 (art. 1º, proventos proporcionais).

83. **Outro ponto** a destacar com relação à inativa **LUCI ALVES PINTO**, matrícula nº 206.117-1, trata do desfecho da sindicância promovida pela jurisdicionada, **em atenção ao item "III.1" da Dec. nº 2371/14**.

⁶ Note-se que o total de proventos contempla apenas o valor da VPNI da Lei nº 5.105/2013, conforme cálculos elaborados pela SE/DF.



84. A sindicância foi instaurada em 11/02/16, tramitando no Processo nº 080.008.775/2015-SE com o escopo de averiguar os motivos da não instauração do processo disciplinar 080.010.545/04 em desfavor da citada servidora.

85. A Comissão Processante ouviu 4 testemunhas, gestores à época dos fatos, efetuou detida análise dos autos a fim de formação de juízo do que poderia ter ocorrido para que o processo disciplinar não fosse instalado. Da narrativa dos fatos ocorridos no citado Processo nº 080.010.545/04 a Comissão Sindicante citou que “a não instauração do processo em desfavor da servidora Luci Alves Pinto até o dia 22/08/11, conforme orientado no Despacho de folhas 254 e 255 do processo nº 0890.010.545/04 do então gerente da Gerência de Procedimentos Disciplinares, Antônio Evangelista de Andrade, não pode ser imputado a um único servidor, eis que foi fruto da morosidade administrativa oriunda da burocracia do serviço público e de uma série de erros da administração que beneficiaram a servidora em comento.”

86. A Comissão relatou que “de acordo com o depoimento do Coordenador de Procedimentos disciplinares da Educação de fevereiro de 2007 a outubro de 2010, a mudança da SUGPE para EAPE e a situação precária para o desenvolvimento dos trabalhos era do conhecimento das instâncias superiores, inclusive do Secretário de Educação do Distrito Federal”. Observou-se também, conforme depoimento de todos depoentes, que a apuração dos processos no setor era sempre em função da ordem dos prazos prescricionais, além de demandas específicas.

87. A Comissão Sindicante entendeu também “não haver como discriminar a responsabilidade de apenas um servidor, que teria dado origem ao não cumprimento da instauração de Processo Administrativo Disciplinar dentro do prazo decadencial de 05 anos”. “O que ocorreu foi uma série de incidentes que em conjunto culminaram com a não instauração do processo disciplinar em desfavor da servidora Luci Alves Pinto.”

88. No **julgamento do Processo Sindicante**, a Chefe da Corregedoria da Secretaria de Educação anuiu com as conclusões da Comissão Sindicante, explicitando que não foi comprovada a autoria e materialidade dos fatos, destacando que à época da ocorrência transcorriam reparos na estrutura predial onde as atividades de correção do Órgão eram executadas, conforme documentos da Diretoria de Engenharia, o que levou a priorizar também os processos requeridos pelo Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF e Corregedoria Geral do DF. Posteriormente, por meio da Portaria nº 144, de 08/07/16, publicada no DODF de 12/07/16, a Chefe da Corregedoria informou do acolhimento integral do Relatório Final da Comissão Processante, determinando o arquivamento dos autos.

89. Desse modo, em face das apurações realizadas, pode-se ter como cumprida a determinação disposta no **item “III.1” da Dec. nº 2371/14**.

90. Visando atender à determinação contida no item II.2 da Decisão nº 2063/2014, que trata da aposentadoria de **LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO**, Processo nº 1840/2014, a jurisdicionada apurou que a servidora recebeu quatro meses de conversão de licença-prêmio em pecúnia indevidamente. Assim, convocou a servidora para que autorizasse o desconto em folha, a qual não concordou. Dessa forma, a servidora impetrou com ação judicial (Processo TJDF nº 0715982-71.2015.8.07.0016) para que o GDF se abstenha a proceder ao desconto dos valores



recebidos indevidamente, o que foi concedido. Todavia, a PGDF entrou com recurso, o qual foi conhecido e provido para afastar a vedação à restituição ao erário dos valores recebidos, sujeitando a devolução, entretanto, a procedimento administrativo em que seja respeitado o contraditório e a ampla defesa. Dessa forma, nova notificação foi encaminhada à servidora para que, em 30 dias, apresentasse defesa. Cabe à jurisdicionada, assim, adotar as providências adicionais com vistas à proteção do erário. (e-docs: 2351FD74 - fls. 53/62; 75ABE599 - fls. 16).

91. A jurisdicionada, em atenção à Decisão nº 2489/2014, proferida no Processo nº 939/2014, versando sobre a aposentadoria de **LUIZA DE OLIVEIRA BARROS**, cumpriu parcialmente à determinação, pois averbou tempo da FHDF, no entanto não retificou o ATS de 20 para 21%.

92. Quanto ao Processo nº 18371/2014, que trata da aposentadoria de **LUIZA HELENA FERRAZ**, em atendimento ao disposto no item II.2 da Decisão nº 5340/2014 foi elaborado novo Demonstrativo de Tempo de Serviço com os valores corretamente computados, onde consta que a servidora faz jus a 25% de ATS. Procedida a análise dos pagamentos atuais, verificou-se que o ATS está sendo pago no montante de 24%, o que demanda providências (e-doc: 2351FD74 - fls. 63/65; 75ABE599 - fls. 17).

93. Quanto ao Processo nº 7040/2014, que trata da aposentadoria de **MÁRCIA LIMA NOGUEIRA DA GAMA**, verificou-se do mapa de quintos a incorporação de 3/5 do DF-05 da Lei nº 1.004/96. Ocorre que a servidora solicitou a transformação das parcelas incorporadas para DF-08, o que foi atendido pela jurisdicionada. Todavia, consta do abono provisório informação de que a servidora faz jus a 6/10 do DF-05 da Lei nº 1.004/96, porém os valores ali lançados não equivalem nem ao DF-05, nem ao DF-08. Assim, deverá a Secretaria de Educação esclarecer a divergência, informando qual o efetivo direito da servidora, além de adequar o valor e a descrição no abono provisório. Quanto aos pagamentos atuais, à exceção da parcela Décimos que merece esclarecimentos, verificou-se sua regularidade (e-docs: 2351FD74 - fls. 72/76; 75ABE599 - fls. 18).

94. Na análise do Processo nº 15852/2014, que trata da aposentadoria de **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA**, constatou-se erro na parcela "VPNI L.2932/2002" constante do abono provisório, uma vez que o valor correto deveria ser R\$ 57,74. Nos pagamentos atuais, verificou-se erro, além da parcela já citada, na rubrica "VPNI L.4584-DEC", uma vez que os 2/10 do DF-04 da Lei nº 1.004/96 incorporados não foram atualizados (e-doc: 75ABE599 - fls. 19).

95. Quanto ao cumprimento do item II da Decisão nº 4242/2014, verificou-se o cumprimento por parte da jurisdicionada.

96. Quanto ao Processo nº 17090/2014, que trata da aposentadoria de **MARIA APARECIDA FIGUEIRA**, não foi possível fazer a análise do abono provisório, uma vez que este documento não consta do processo. Todavia, perlustrando os autos, foi possível aferir a regularidade dos pagamentos atuais da servidora, a exceção da parcela "ATS" que está sendo paga no percentual de 29%, quando o correto é de 12% (consta do DTS que a servidora possui, para fins de ATS, 4744 dias). Tal erro decorre, principalmente, da ausência de cumprimento do item II.b da Decisão nº 5900/2014, o



que demanda providências (e-docs: 2351FD74 - fls. 77; 75ABE599 - fls. 20).

97. Quanto ao Processo nº 3800/2014, que trata da aposentadoria de **MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA**, constatou-se, da análise dos pagamentos atuais, a existência da parcela “Gratificação de Atividade de Zona Rural” - GAZR sem a correspondente comprovação do direito.

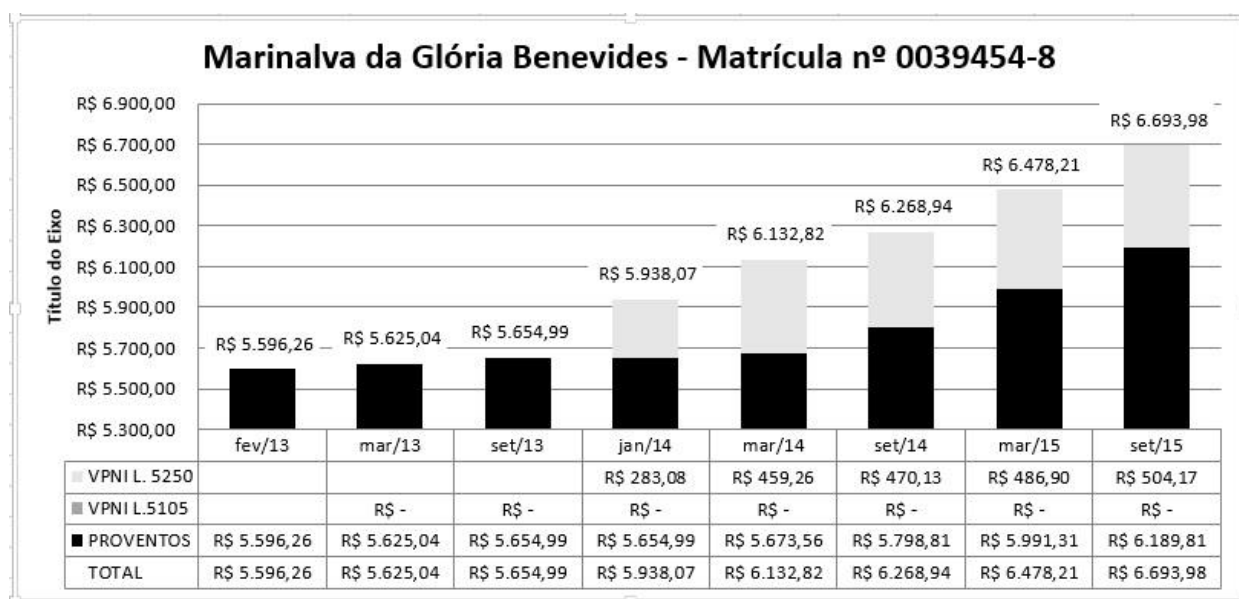
98. Em atendimento ao item II.b da Decisão nº 3091/2014, a jurisdicionada acostou aos autos demonstrativo de licença-prêmio em que consta informação de que a servidora utilizou três meses da referida licença para a concessão do abono de permanência, bem como converteu outros três meses em pecúnia. De acordo com os dados apresentados, a servidora somente poderia se aposentar em 15.08.2008, porém o abono de permanência foi concedido a partir de 02.01.2008, o que demanda esclarecimentos (e-docs: 2351FD74 - fls. 78/86; 75ABE599 - fls. 21).

99. Examinando o Processo nº 10.370/14, inerente à aposentadoria de **MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY**, constata-se que a jurisdicionada requisitou informações ao INSS para atender ao item III.a da Decisão nº 153/15, porém, até o término da auditoria não houve manifestação da autarquia federal, assim, compete reiterar a determinação.

100. Quanto ao Processo nº 27214/2014, que trata da aposentadoria de **MARINALVA DA GLÓRIA BENEVIDES**, não foi possível avaliar a regularidade das parcelas do abono provisório, tendo em conta que não foi elaborado novo documento, a teor do disposto no item III.a da Decisão nº 884/2015. Quanto aos itens III.b e III.c, tem-se por cumpridos, uma vez que a jurisdicionada informou que a licença da servidora era para tratamento da própria saúde, assim foi elaborado novo DTS, oportunidade em que se constatou que a servidora passou a fazer jus a 15% de ATS (item III.b); bem como o documento substituído foi tornado sem efeito (item III.c).

101. Em análise aos pagamentos atuais, observou-se erro na parcela ATS que deve ser de 15%, ao invés de 14%, conforme novo DTS acostado aos autos. Ademais, verificou-se que a servidora vem percebendo a parcela “VPNI LEI 5250/2013”.

102. Passa-se, agora, à verificação da regularidade da parcela VPNI 5250 percebida pela servidora, conforme quadro abaixo:



103. Efetuando o cotejo dos valores pagos à servidora, a título de VPNI nos anos de 2014 a 2017 (R\$ 513,64 de janeiro/2014 a abril/2016 e R\$ 665,39 de maio/16 em diante) e os valores calculados pela equipe designada, conforme quadro acima, percebe-se a ocorrência de pagamento irregular com dano ao erário. Atualmente o valor pago à servidora é de R\$ 665,39, quando o correto deveria ser R\$ 486,90, conforme valores correspondentes à data-base de março de 2015, uma vez que a aplicação da última parcela ainda não foi implementada.

104. Quanto à restituição ao erário da diferença de valores percebidos a maior e os eventualmente devidos aos servidores, adotar o entendimento que vier a ser definido no âmbito da Ação Judicial TJDF nº 2016.01.1.085777-3, quando de seu trânsito em julgado.

105. Concluída a análise da parcela “VPNI LEI 5250/2013”, sugere-se corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da referida parcela de R\$ 665,39 para R\$ 486,90, bem como o valor do ATS de 14% para 15% (e-docs: 2351FD74 - fls. 102/103; 75ABE599 - fls. 23; 45BF0A8E).

106. Cotejando o Processo nº 10001/2014, de interesse de **NELITA PEREIRA**, matrícula nº 0059899-2, nota-se que a jurisdicionada não promoveu a retificação do Mapa de fl. 94 do Processo GDF nº 080.001.989/03, por conseguinte não houve alteração do ATS, nem confecção de novo abono provisório, o que guarda desconformidade com o item III da Decisão nº 5598/14.

107. Na verificação feita no Processo nº 5543/2014, que trata da aposentadoria de **NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO**, constatou-se a existência da parcela “Gratificação de Titulação” sem a comprovação do direito. Nos pagamentos atuais da servidora, verificou-se, além da parcela acima citada, erro no tocante à parcela “VPNI L4584/11 - Décimos”, uma vez que os 4/10 do DF-06 e 1/10 da representação do DF-09, ambos da Lei nº 1.004/96, e 1/10 do DF-09 da Lei nº 1.141/96 incorporados não foram atualizados, a despeito da existência da Decisão nº 896/2017 (e-docs: 2351FD74 - fls. 111/112; 75ABE599 - fls. 24).



108. Examinando a aposentadoria de **NILSO JOSÉ CALLEGARO CASSANTA**, Processo nº 12.888/2014, nota-se que a jurisdicionada retificou a composição dos décimos do servidor para 2/10 do DF-9 da Lei 1.004/96 e 2/10 DF-9 da Lei 1.141/96, conforme fls. 81 do Processo nº 080.000.706/2010. Ocorre que as alterações não refletiram no abono provisório e nos pagamentos atuais, nesse caso, gerando pagamento a maior ao servidor.

109. Em relação a **NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS**, Processo nº 7983/2015, verificou-se a regularidade do abono provisório, exceto quanto ao percentual da parcela “GAPED” (13,20%) em que não foi possível a emissão de opinião, tendo em conta que a jurisdicionada ainda está adotando providências para o cumprimento do item IV da Decisão nº 3074/2016. O mesmo pode ser dito quanto aos pagamentos atuais, que estão regulares, à exceção da parcela “GAPED” (13,20%). Quanto ao percentual do ATS, também objeto do item IV da citada Decisão, constatou-se seu regular pagamento (19%). Dessa forma, providências devem ser adotadas pela jurisdicionada objetivando concluir o levantamento iniciado para a verificação do correto percentual da parcela GAPED a ser paga à servidora (e-docs: 2351FD74 - fls. 113; 75ABE599 - fls. 25).

110. No que tange ao Processo nº 32701/2013, que trata da complementação de aposentadoria de **NOEME GOMES XAVIER** publicada no DODF de 29.10.2008, verificou-se que a jurisdicionada, em atenção ao item IV da Decisão nº 306/2015, não foi efetiva nas diversas tentativas de confirmação junto ao INSS de possível tempo de serviço averbado concomitantemente para a concessão de aposentadoria no GDF e naquela autarquia. Dessa forma, sugere-se a reiteração da presente determinação.

111. Em relação ao inativo **RENAULD CAMPOS LIMA**, Processo nº 9697/14, a jurisdicionada confeccionou novo abono provisório, em substituição ao de fl. 71 do Processo nº 080.010.576/2009. Porém, quanto à classificação funcional do cargo do servidor, cadastrou erroneamente Classe “B”, ao invés de Classe “A”, merecendo determinação para os reparos devidos.

112. As duas pensões, Atos Sirac nºs 005057-4 e 006641-0, beneficiários **Rita Maria Alves Pereira Soares(vitalícia)** e **Wellington Cláudio Pereira Soares(temporária)**, têm como instituidor **Wellington Claudio Soares**, Professor falecido na inatividade em 09/10/12, nas matrículas nºs 0045635-7(17/35 - 40h) e 0205319-5 (6/35 - 20h). Por meio do item II da Decisão nº 5843/15, o Tribunal questionou as circunstâncias em que ocorreu o pagamento indevido aos beneficiários da pensão, relativa ao ato/Sirac nº 6641-0 (oriunda da inativação do instituidor sob a Matrícula nº 0205319-5). A SE/DF explicitou que diligências foram realizadas, apurando-se o débito na ordem de R\$ 8.474,60 (oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos) por pensionista e, após notificação dos interessados, o montante será ressarcido em 201 parcelas, no importe de R\$ 41,16, para cada pensionista, a partir da folha de janeiro de 2017.

113. No tocante ao pagamento dos pensionistas, dois pontos merecem relevo. O primeiro, em se tratando de pensões decorrentes de duas aposentadorias proporcionais, conforme indicado acima, evidencia-se necessidade de incidência da parcela VPNI da Lei nº 5.250, de 19/12/13, *verbis*:



Art. 1º Ao aposentado da carreira Magistério Público do Distrito Federal com proventos proporcionais aplica-se o mesmo índice de reajuste da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, concedido aos servidores aposentados com provento básico integral.

§ 1º Deve ser considerada, para fins de apuração do índice de reajuste, a similaridade das parcelas da remuneração do servidor com provento básico proporcional e do servidor com o provento básico integral.

§ 2º O cálculo de que trata o § 1º é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação.

§ 3º O valor identificado fica transformado em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos pensionistas cujo instituidor de pensão se enquadre nas regras estabelecidas no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. (o grifo não é do original)

114. O segundo, considerando que o instituidor, servidor inativo aposentado por invalidez, faleceu após o início de vigência da EC nº 70/12 (30/03/2012), o cálculo do benefício deve ser com base na última remuneração do instituidor, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido pelo RGPS e **paridade de reajustamento em relação aos servidores ativos**, conforme extrato SIRAC, Proc. 19356/15-TCDF). Cotejando o Sigrh, nota-se que a pensionista vitalícia Rita Maria Alves Pereira Soares, matrícula nº 221.429-6, recebeu **R\$ 2.231,65 em 12/2012, e R\$ 2.357,61, em 05/2017**, depreendendo-se atualização de 5,6%. Ocorre que os reajustes concedidos aos Professores, Lei nº 5.105, de 03/05/2013, índices de março e setembro de 2013, março e setembro de 2014 e março de 2015, contemplam acumulado superior a 20%. Assim, entende-se que a jurisdicionada deverá examinar a regularidade dos pagamentos realizados aos pensionistas beneficiários do instituidor Wellington Claudio Soares, quanto aos efeitos da Lei nº 5.250, de 19/12/2013 e reajustamento consoante efeitos da EC nº 70/2012, de que trata a Decisão nº 4.148/13.

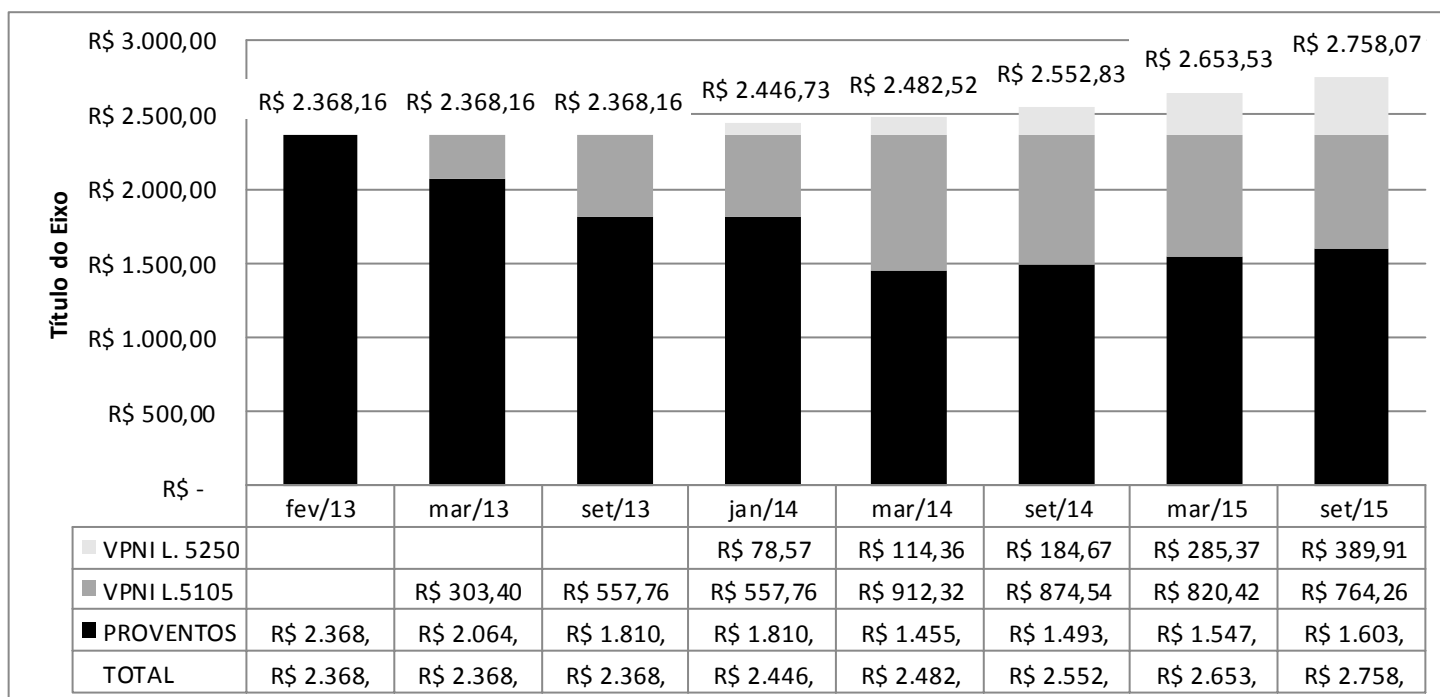
115. A jurisdicionada, em relação à inativa **ROSILENE NICOLINO ROCHA DA SILVA**, Processo nº 12.900/14, retificou o Demonstrativo de Tempo de Serviço – DTS, em virtude do lançamento de 180 dias a título de licença por motivo de doença em pessoa da família, alterando o percentual de ATS de 10 para 9%, fls. 54 a 57 do Processo nº 080.002.596/09, em conformidade com o disposto no item “II.b” da Decisão nº 4400/14. Ocorre que a citada redução do ATS para 9% não refletiu no abono provisório nem nos pagamentos da interessada. Para o devido saneamento, o Tribunal poderá determinar a SE/DF que dê cumprimento ao item “II.b” da Decisão nº 4400/14.

116. Em relação ao Processo nº 31904/2014, que trata da aposentadoria de **SALVELINA MACIEL DE ABREU**, nenhuma providência foi adotada pela jurisdicionada visando atender a demanda do item III da Decisão nº 1025/2015, o que requer providências (e-doc: 75ABE599 - fls. 27).

117. Em relação à **SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA**, matrícula nº 0032894-4, Processo nº 9273/2007, elaboramos o quadro abaixo para facilitar o



exame da regularidade da parcela da VPNI da Lei nº 5250/13.



118. **Cotejando no SIGRH** os valores pagos à servidora, a título de VPNI da Lei nº 5.105/13, nota-se nos anos de 2014 a 2017 (R\$ 497,89 de janeiro/2014 a junho/2016, R\$ 354,56 em 07/16 e R\$ 852,45 de agosto/16 em diante), já a título de VPNI da Lei nº 5.250/13, verifica-se nos anos de 2014 a 2017 (R\$ 623,18 de janeiro a fevereiro/2014, R\$ 977,74 de março a abril/2016, R\$ 576,04 de maio em diante). Tais dados comparativamente com os valores do quadro acima elaborado pela equipe de auditoria evidenciam ocorrência de pagamento irregular com dano ao erário. Atualmente o valor pago à servidora, parcela VPNI da Lei 5.105/13, é R\$ 852,45 e da parcela VPNI da Lei 5.250/13 é de R\$ 576,04, valores não condizentes com os valores correspondentes à data-base de março de 2015, uma vez que a aplicação da última parcela ainda não foi implementada.

119. Assim, cabe corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 576,04 para R\$ 285,37, bem como o valor da parcela “VPNI LEI 5105/2013” de R\$ 852,45 para R\$ 820,42, observados o contraditório e a ampla defesa.

120. Quanto à restituição ao erário da diferença de valores percebidos a maior e os eventualmente devidos aos servidores, adotar o entendimento que vier a ser definido no âmbito da Ação Judicial TJDF nº 2016.01.1.085777-3, quando de seu trânsito em julgado

121. Quanto ao Processo nº 13760/2014, que trata da aposentadoria de **SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA**, constatou-se, da análise do abono provisório e dos pagamentos atuais, a existência da parcela “Gratificação de Titulação” sem a correspondente comprovação do direito (e-docs: 2351FD74 - fls. 133; 75ABE599 - fls.



28).

122. Compulsando o abono provisório de **TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM**, matrícula nº 0041906-0, fls. 99 do Processo GDF nº 465.000.360/2010, nota-se a ausência da Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR. Nesse caso, ao que parece, trata-se de falha formal, pois a servidora percebe tal gratificação desde 2005, a qual atualmente encontra-se no valor de R\$ 243,10. Quanto aos pagamentos atuais, não houve atualização dos décimos na forma da Decisão nº 896/17.

123. Em relação à aposentadoria de **VICENTE REZENDE DOS SANTOS**, Processo nº 13132/2014, em análise ao Abono Provisório, constatou-se a existência das parcelas “Ampliação de Carga Horária”, a despeito da existência da Lei nº 4.395/2009, que fixou valores de vencimentos distintos para os que exercem 30 ou 40 horas, e “Gratificação de Titulação”, sem a devida comprovação do direito. Esta última também consta dos pagamentos atuais, o que demanda providências (e-docs: 2351FD74 - fls. 134/135; 75ABE599 - fls. 30).

124. Quanto ao Processo nº 6205/2014, que trata da aposentadoria de **VIRGÍLIO MIGUEL DA SILVEIRA**, a jurisdicionada, objetivando cumprir o item III da Decisão nº 3161/2014, esclareceu a divergência entre o demonstrativo de licença-prêmio e o período utilizado, uma vez que acostou novo DLP com a informação de que o servidor utilizou cinco meses de licença em dobro. Todavia, quanto à divergência entre a concessão a partir de 14.03.2010 e o cálculo apresentado por eles 14.06.2010, não foi apresentada qualquer justificativa para o pagamento desses três meses. De acordo com as informações constantes dos autos, o servidor teria direito ao abono de permanência somente a partir de junho/2010, situação que demanda providências (e-docs: 2351FD74 - fls. 136/139; 75ABE599 - fls. 31).

2.1.1.2 Causas e Efeitos

125. De modo geral, a SEDF, em grande parte, cumpriu as determinações constantes dos processos arrolados na presente auditoria. De observar que as falhas detectadas, ainda que relacionadas a parcelas pecuniárias, não representaram impacto significativo ao erário, decorrendo, por certo, de fragilidades nos seus controles internos. De toda sorte, cabe recomendação a SEDF no sentido de promover, nos casos de percepção indevida de valores por parte de inativos e pensionistas, a devolução ao erário, observando as orientações fixadas na Decisão nº 6657/06, sem prejuízo de garantir aos interessados o direito ao contraditório e a ampla defesa, bem como a adoção de políticas de fortalecimento de seus controles internos, tendo em vista as situações listadas no Quadro II.

2.1.1.3 Proposições

126. Pelo exposto, sugere-se:



- I. tomar conhecimento do Relatório de Auditoria, bem assim dos documentos juntados ao processo eletrônico;
- II. ter por cumpridas as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes dos Quadros I e II (fls. 35/41 e 45/50, respectivamente), à exceção daquelas que apresentam pendências, cujas medidas saneadoras se encontram especificadas no item V;
- III. ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados no item V, no qual foram consignadas propostas de regularização;
- IV. alertar a Secretaria de Educação do Distrito Federal que, em relação à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que trata o art. 5º da Lei distrital nº 4.584/2011, observe o disposto na Decisão nº 896/2017;
- V. determinar a SEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuida o Quadro II, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas:
 - a) em relação à servidora **AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 0200161-6, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 4.300/2014;
 - b) em relação ao servidor **AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA**, matrícula nº 0060985-4, corrigir, nos pagamentos atuais do servidor, os percentuais das parcelas “GAPED” de 21,60% para 20,40% e “ATS” de 24% para 21%, bem como elaborar novo abono provisório atualizado. Ademais, deve acompanhar o andamento do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4 e da Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, referidos no item III.c da Decisão nº 525/2015, em tramitação na Justiça Federal;
 - c) em relação à servidora **ALICE MARTINS DE SOUSA**, matrícula nº 0056064-2, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 5248/2014;
 - d) em relação à servidora **CÉLIA MONTEIRO DE MENDONÇA OLIVEIRA**, matrícula nº 0035116-4, dê cumprimento ao item “II.b” da Decisão nº 5.905/2014, para fins de ajustar o abono provisório e os proventos da inativa, em face da alteração do ATS de 24% para 13%, conforme novo Demonstrativo de Tempo de Serviço juntado às fls. 103 do Processo GDF nº 080.009.355/2009;



- e) em relação ao servidor **ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS**, matrícula nº 094064-X, reiterar o cumprimento da determinação disposta no item II da Decisão nº 5.095/2015, tendo em conta a opção manifestada pelo servidor;
- f) em relação à pensionista **ELZA JESUS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0224169-2, corrigir, nos pagamentos atuais da pensionista, o valor da rubrica 10209 "Pensão Vitalícia" de R\$ 1.806,98 para R\$ 1.599,92, bem como elaborar novo Título de Pensão corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.310,41 para R\$ 1.166,70;
- g) em relação à aposentada **FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS**, matrícula nº 0037405-9, elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor da parcela "Proventos" de R\$ 2.635,33 para R\$ 2.365,33, atentando para os reflexos nas parcelas vinculadas; bem assim corrigir nos proventos atuais o valor da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE de R\$ 24,31 para R\$ 29,15;
- h) em relação à servidora **FRANCISCA RODRIGUES NETA**, matrícula nº 0037913-1, reiterar o item III da Decisão nº 4359/2016, adotando as providências necessárias para a efetividade da medida saneadora, ou excluir o tempo das certidões para todos os fins considerados;
- i) em relação ao servidor **GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAÚJO**, matrícula nº 22135-X, corrigir, nos pagamentos atuais do servidor, o valor da rubrica 10215 "Proventos EC 41" de R\$ 2.494,15 para R\$ 2.333,86, bem como elaborar novo abono provisório corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.583,12 para R\$ 1.507,77;
- j) em relação à servidora **GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO**, matrícula nº 0040070-X, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 4822/2014;
- k) em relação à ex-servidora **GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA**, matrícula nº 0040664-3, adotar as providências necessárias a fim de ressarcir o erário em face dos pagamentos realizados após o óbito da servidora no período de 03/05/2015 a 01/2016;
- l) em relação à servidora **HELENA BARRA**, matrícula nº 0034193-2, elaborar novo demonstrativo de média e novo abono provisório, em substituição aos de fls. 30/33 e 34 do Processo GDF nº 080.002.509/2009, em atenção às medidas indicadas na Nota Técnica nº 331/2012 da Controladoria-Geral do DF, observando reflexo no pagamento;
- m) em relação à servidora **HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA**, matrícula nº 0064576-1, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 5.340/2015, observando a adequação do pagamento;



- n) em relação à servidora **JAQUELINE CAMPOS VIEIRA**, matrícula nº 0064870-1, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 296,01 para R\$ 404,84;
- o) em relação ao servidor **JOSÉ ISRAEL SOBRINHO**, matrícula nº 0052646-0, corrigir, nos pagamentos atuais do servidor, o valor da rubrica 10215 “Proventos EC 41/2” de R\$ 2.110,78 para R\$ 1.760,68, bem como elaborar novo abono provisório corrigindo o valor da mesma parcela para R\$ 928,98;
- p) em relação à servidora **LUCI ALVES PINTO**, matrícula nº 206.117-1, regularizar o pagamento atual, pois com a integralização dos proventos não se vislumbram mais os motivos hábeis para aplicação das VPNI’s das Leis nºs 5.105 e 5.250/13, quais sejam: redução de remuneração e proventos proporcionais;
- q) em relação à servidora **LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO**, matrícula nº 0075834-5, adotar as providências necessárias para fins de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de licença-prêmio em pecúnia, considerando o julgamento desfavorável do Processo Judicial e no Processo TCDF nº 22.875/14 (Decisão nº 661/2015);
- r) em relação à servidora **LUIZA DE OLIVEIRA BARROS**, matrícula nº 00401110, retificar o ATS de 20 para 21%, em face da certidão de tempo de serviço da FHDF juntada à fl. 52 do Processo nº 470.000.051/2010, observando o reflexo no abono provisório e pagamento atual;
- s) em relação à servidora **LUIZA HELENA FERRAZ**, matrícula nº 0060097-0, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o percentual do ATS de 24% para 25%, conforme novo DTS elaborado pela jurisdição;
- t) em relação à servidora **MÁRCIA LIMA NOGUEIRA DA GAMA**, matrícula nº 0057640-9, esclarecer, em relação à parcela incorporada(6/10 DF-05), a divergência encontrada entre o mapa de quintos, a transformação solicitada pela servidora(6/10 DF-08) e o abono provisório, para, posteriormente, elaborar novo abono provisório adequando a descrição e o valor da referida parcela, sem deixar de observar os reflexos na parcela “VPNI L4584/11 - Décimos” nos pagamentos atuais da servidora e o disposto na Decisão nº 896/17;
- u) em relação à servidora **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA**, matrícula nº 0057237-3, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da rubrica 10375 “VPNI L.2932/2002” de R\$ 155,56 para R\$ 57,74, bem como elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor desta última parcela para R\$ 57,74; em relação à rubrica 10122 “VPNI L4584/11-



DEC”, observar a Decisão nº 896/2017;

- v) em relação à servidora **MARIA APARECIDA FIGUEIRA**, matrícula nº 0036509-2, reiterar a determinação contida no item II.b da Decisão nº 5900/2014, no sentido de se excluir do cálculo para ATS o período lá mencionado. Ademais, deverá corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o percentual da parcela “ATS” de 29% para 12%, bem como elaborar o abono provisório;
- w) em relação à servidora **MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA**, matrícula nº 0039323-1, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Atividade de Zona Rural - GAZR, caso contrário, excluir a referida parcela nos pagamentos da servidora. Ademais, visando o cumprimento do item II.b da Decisão nº 3091/2014, esclarecer a divergência entre a data a que a servidora teria direito à concessão do abono de permanência (15.08.2008) e a data que o referido direito foi concedido (02.01.2008), providenciando o necessário ajuste, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente;
- x) em relação à servidora **MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY**, matrícula nº 0059614-0, reiterar o cumprimento do item “III.a” da Decisão nº 153/2015;
- y) em relação à servidora **MARINALVA DA GLÓRIA BENEVIDES**, matrícula nº 0039454-8, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 665,39 para R\$ 486,90, bem como o valor do ATS de 14% para 15%;
- z) em relação à servidora **NELITA PEREIRA**, matrícula nº 0059899-2, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 5.598/2014;
- aa) em relação à servidora **NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO**, matrícula nº 0051883-2, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando-se para os reflexos nos pagamentos; em relação à rubrica 10122 “VPNI L4584/11-DEC”, observar a Decisão nº 896/2017;
- bb) em relação ao servidor **NILSO JOSÉ CALLEGARO CASSANTA**, matr. 0050702-4, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fls. 72 do Processo nº 080.000.706/2010, para considerar as alterações na vantagem de décimos, nos moldes estabelecidos às fls. 81 do citado processo, observando os reflexos nos pagamentos atuais, bem assim os efeitos da Decisão nº 896/2017;
- cc) em relação à servidora **NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS**,



matricula nº 0036047-3, adotar as providências necessárias objetivando concluir o levantamento iniciado para a verificação do correto percentual da parcela GAPED a ser paga à servidora, corrigindo, se for o caso, o abono provisório e os pagamentos atuais da servidora;

- dd) em relação à servidora **NOEME GOMES XAVIER**, matrícula nº 212.764-4, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 306/2015;
- ee) em relação ao servidor **RENAULD CAMPOS LIMA**, matrícula nº 0098414-0, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 77 do Processo GDF nº 080.010.576/2009, para correção do posicionamento funcional do servidor para Classe A - Etapa Salarial 25-AD I;
- ff) em relação aos pensionistas **RITA MARIA ALVES PEREIRA SOARES** (vitalícia), matrículas nºs 0221429-6 e 0221432-6 e **WELLINGTON CLÁUDIO PEREIRA SOARES** (temporária), matrículas nºs 0221430-X e 0221434-2, beneficiários de **WELLINGTON CLAUDIO SOARES**, matrículas nºs 0045635-7 e 0205319-5, examinar a regularidade dos pagamentos efetuados quanto aos efeitos da Lei nº 5.250, de 19.12.13 e reajustamento disposto pela EC nº 70/2012, a teor do disposto pela Decisão nº 4.148/13;
- gg) em relação à servidora **ROSILENE NICOLINO ROCHA DA SILVA**, matrícula nº 0020003-5, ajustar o abono provisório e os pagamentos da servidora, em conformidade com o novo Demonstrativo de Tempo de Serviço de fls. 54 e 55 do Processo GDF nº 080.002.596/2009, tendo em conta o disposto no item II.b da Decisão nº 4.400/2014;
- hh) em relação à servidora **SALVELINA MACIEL DE ABREU**, matrícula nº 0028217-0, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 1025/2015;
- ii) em relação à servidora **SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA**, matrícula nº 0032894-4, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 576,04 para R\$ 285,37, bem como o valor da parcela “VPNI LEI 5105/2013” de R\$ 852,45 para R\$ 820,42;
- jj) em relação à servidora **SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA**, matrícula nº 0041561-8, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, elaborar novo Abono Provisório excluindo a referida parcela, atentando-se para os reflexos nos pagamentos da servidora;
- kk) em relação à servidora **TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM**, matrícula nº 0041906-0, confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 99 do Processo GDF nº 465.000.360/2010, para incluir a parcela de Gratificação de



Atividade em Zona Rural – GAZR, auferida pela servidora desde 2005;

II) em relação ao servidor **VICENTE REZENDE DOS SANTOS**, matrícula nº 0045379-X, elaborar novo Abono Provisório excluindo a parcela “Ampliação de Carga Horária” e corrigindo a parcela Proventos com os valores correspondentes à carga horária de 40 horas, nos termos da Lei nº 4.395/2009, bem como comprovar o direito do servidor à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando-se para os reflexos nos pagamentos do servidor;

mm) em relação ao servidor **VIRGÍLIO MIGUEL DA SILVEIRA**, matrícula nº 0076090-0, esclarecer a divergência entre os documentos de fls. 46/47 – apenso (Processo nº 6205/2014) que indicam a data da concessão do abono de permanência a partir de 14.06.2010 e a informação de fl. 8 – apenso (Processo nº 6205/2014), de que o benefício teria sido deferido a partir de 14.03.2010, providenciando o necessário ajuste dos demonstrativos pertinentes, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente;

- VI. autorizar que seja acompanhado no Processo nº 6703/2007 as apurações e eventuais restituições ao erário dos valores recebidos indevidamente a título de TIDEM pelos servidores: **AUGUSTO HITOCI SATO, matr. 076.793-X, JOAQUIM HUMBERTO FERREIRA MACEDO, matr. 058.799-0, JOSÉ RAIMUNDO SOUZA OLIVEIRA, matr. 057065-6, SILVIA LÚCIA SOARES, matr. 074.662-2 e SUYAN SANT’ANNA BAPTISTA DE MATTOS, matr. 064.315-7;**
- VII. considerar que os aposentados da SE/DF, se submetidos a eventual integralização dos proventos, deixam de fazer jus à percepção das VPNI’s das Leis nºs 5.105/13 (art. 39) e/ou 5.250/13 (art. 1º), porquanto cessadas as condições hábeis para percepção de tais verbas, de caráter transitório, quais sejam: redução de remuneração e proporcionalidade de proventos;
- VIII. determinar a SEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, realize levantamento dos servidores aposentados com proventos integrais que estejam percebendo as VPNI’s das Leis nºs 5.105/13 e/ou 5.250/13, para fins de regularização, conforme explicitado no item anterior, alertando seu dirigente que a demora na implementação da medida pode ensejar sanção ao responsável e, eventualmente, solidariedade do gestor pelo prejuízo ao erário, considerando o não ressarcimento pelo servidor conforme sentença proferida no Processo nº 2016.011.085.777-3.



3 OUTROS TEMAS

127. A atividade de fiscalização encampou ainda a resolução de pendências retratadas em auditorias anteriores ou em denúncias realizadas por meio da Ouvidoria do TCDF, cujo cumprimento seria dado a conhecer a esta Corte de Contas nos ciclos seguintes de auditoria no órgão.

3.1 VPNI LEI Nº 5.250/2013

128. Na auditoria realizada no âmbito do Processo nº 23.081/2014, verificou-se a existência de pagamentos na rubrica “1610 – VPNI LEI 5.250/2013”, os quais não estavam de acordo com os preceitos estipulados pela lei de mesmo número. Naquela oportunidade, depois de exaustivamente demonstrado que a forma de atualização operacionalizada pela Secretaria de Educação estava incorreta e que acarretava prejuízos ao erário, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3.366/2015, reiterada pela Decisão nº 1.671/2016 (itens “V.a” e “V.b”), nos seguintes termos:

IV – determinar, ainda, à jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei: a) corrigir os valores das parcelas pagas a título de VPNI das Leis nºs 5.105/13 e 5.250/13 percebidas pelos servidores ANDRÉA ANTONY GOMES DE MATOS (Proc. nº 32.899/10), HÉLIO DE OLIVEIRA TAVARES (Proc. nº 4678/12), MARCOS REMIS DOS SANTOS (Proc. nº 39.914/05), MARIA ADRIANA GREENHALGH (Proc. nº 25.020/13), MICHELE VIEIRA DAS MERCÊS JESUS (Proc. nº 3014/13), NILZA LOPES DA SILVA (Proc. nº 14.741/12), ORESTES KUNZE BASTOS (Proc. nº 20.334/05), ROSANA COGUI AMBRÓSIO DE ANDRADE (Proc. nº 17.508/13) e SUZANA TEREZINHA RORIZ NASCIMENTO (Proc. nº 4.120/12), sem prejuízo de providenciar a restituição ao erário da diferença de valores percebidos a mais e os eventualmente devidos aos servidores, em face da divergência entre a metodologia utilizada pela jurisdicionada e a que se considera de acordo com a legislação que rege a espécie, na forma explanada nos parágrafos 52/69 do relatório de auditoria, observado o contraditório e a ampla defesa; b) identificar os casos dos demais servidores que fazem jus à VPNI da Lei nº 5.250/13 para fins da regularização devida, conforme sistemática de cálculo já apresentada, dando ciência ao Tribunal das providências adotadas, observado o contraditório e a ampla defesa;

129. Conforme esclarecimentos apresentados pela Secretaria no bojo do Processo TCDF nº 23081/2014 e objetivando atender a demanda do Tribunal, a jurisdicionada informou que encaminhou correspondências aos interessados para fins de correção das parcelas pagas indevidamente. Posteriormente, alegou que “*por força de decisão judicial não houve qualquer desconto na remuneração dos servidores de valores depositados a título de devolução da rubrica 1610 VPNI, da referida lei.*” (Processo TJDF nº 2016.01.1.085777-3).



130. Assim, o Tribunal, por meio da Decisão nº 2483/2017, determinou que a SEDF acompanhe o desfecho da Ação Judicial acima mencionada e observe eventuais implicações no cumprimento da determinação disposta nos itens “V.a” e “V.b” da Decisão nº 1.671/2016.

131. Em consulta ao sítio do TJDF, foi proferida Sentença na Ação Judicial nº 2016.01.1.085777-3 determinando que o Distrito Federal se abstenha de proceder ao desconto dos valores pagos a maior aos servidores que perceberam a VPNI da Lei nº 5.250/2013. Referida ação ainda não transitou em julgado e encontra-se em andamento.

132. Dessa forma, o cumprimento da segunda parte do item “V.a” da Decisão nº 1.671/2016, qual seja, a restituição ao erário da diferença de valores percebidos a maior e os eventualmente devidos aos servidores, deve aguardar o deslinde da ação judicial.

133. Todavia, nada foi determinado pela autoridade judicial a respeito da primeira parte do item “V.a” e o item “V.b” da decisão acima citada, qual seja, a correção dos valores das parcelas pagas indevidamente, nos moldes da metodologia de cálculo determinada pelo Tribunal.

134. Em consulta à folha de pagamentos dos servidores arrolados no Processo nº 23081/2014 e que perceberam a rubrica 1610, referente ao mês de maio de 2017, foi constatado que a jurisdicionada não adotou qualquer providência no sentido de regularizar os pagamentos, em claro descumprimento à decisão do Tribunal, o que pode ensejar multa, nos termos do artigo 57, incisos IV e VII, da LC nº 1/94.

3.2 DENÚNCIAS APRESENTADAS À OUVIDORIA-TCDF

135. Por meio do Memorando nº 76/2015 – Ouvidoria esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal foi alertada sobre a existência de denúncia à ouvidoria desta Corte de Contas de possível acumulação de cargos com possibilidade de prejuízo ao desempenho das atividades de professor da SEDF em decorrência de suposta incompatibilidade de horários com o cargo de Analista do Ministério Público da União.

136. Em resposta, a SEFIPE, por meio do Memorando nº 73/2015 – GAB/SEFIPE, de 08.06.2015, após analisar a acumulação de cargos informou que, a princípio, a situação encontra respaldo no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal. Acrescentou que a fiscalização da compatibilidade de horários, assiduidade e eficiente produtividade do servidor que acumula cargos deve ser feita com rigor pela chefia imediata. Finalizou informando que o caso ora em análise seria encaminhado ao setor competente para fins de inclusão em roteiro de futura auditoria.

137. Sendo assim, esta equipe de auditoria, por meio da Nota de Auditoria nº 002 – 1552/2017-e, solicitou, além das cópias das folhas de ponto relativas aos



exercícios de 2016 e 2017, informação sobre a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor Heliton Leal Silva, matrícula nº 0251141-0, professor da SE/DF, com carga horária de 20 horas, e Analista do MPU/PGR, com carga horária de 40 horas.

138. Em resposta, a jurisdicionada apresentou expediente da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos direcionado à Coordenação Regional de Ceilândia solicitando as informações requeridas na Nota de Auditoria nº 002 (e-doc: A8E6E9F7). Todavia, em virtude do encerramento dos trabalhos de campo, não foi possível acompanhar o desfecho da situação, com vistas a apurar a compatibilidade horária dos cargos acumulados pelo servidor. Dessa forma, as providências subsequentes deverão ser encaminhadas a este Tribunal em momento oportuno.

139. Outra situação digna de nota é relativa à outra denúncia apresentada à Ouvidoria. Neste caso, por meio do Memorando nº 267/2016 – Ouvidoria, a SEFIPE foi alertada sobre a existência de denúncia de possível acumulação de cargos de professor, sendo um efetivo e outro temporário, com cargo de diretor, no âmbito da SEDF, cumulado com outro cargo de professor em escola particular.

140. Em resposta, a SEFIPE, por meio do Memorando nº 11/2017, de 13.02.2017, entendeu que não há qualquer irregularidade na acumulação de cargos públicos (art. 37, inciso XVI, da CF/88), desde que haja compatibilidade de horário. Informou também que o caso ora em análise seria encaminhado ao setor competente para fins de inclusão em roteiro de futura auditoria.

141. Da mesma forma, esta equipe de auditoria, por meio da Nota de Auditoria nº 002 – 1552/2017-e, solicitou, além das cópias das folhas de ponto relativas aos exercícios de 2016 e 2017, informação sobre a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor Jairton da Silva Camara, dois vínculos de Professor da SE/DF, sendo o primeiro na matrícula nº 2007980-3 com carga horária de 40 horas, em que exercia a função de Diretor, FGE-06, e o segundo na matrícula nº 0176089-0 com carga horária de 20 horas. Ademais, foi solicitada informação sobre a ciência da Secretaria acerca de possível exercício de atividades em colégio da rede privada.

142. Em resposta, a jurisdicionada apresentou o Ofício nº 413/2017 – SUGEP/SEEDF, DE 12.06.2017 (e-doc: C7ECFE09) informando que está adotando as providências necessárias para atender a solicitação contida na Nota. Anexou cópia do Memorando nº 42/2017 – CPAC/SUGEP, que trata de expediente da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos direcionado à Coordenação Regional de Ceilândia solicitando as informações requeridas na Nota de Auditoria nº 002 (e-doc: A8E6E9F7), além de solicitar que o servidor apresente o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) para fins de verificação de eventual vínculo junto a alguma escola particular. Ademais, foi encaminhado cópia do Ofício nº 410/2017 – SUGEP/SEEDF, de 12.06.2017, direcionado ao Diretor-Geral do Colégio CIMAN, questionando se o servidor Jairton da Silva Camara tem vínculo com a referida instituição de ensino. Caso a resposta seja positiva, solicitou-se também que fossem encaminhados os documentos necessários para a análise do pleito decorrente da Nota de Auditoria nº 002/1552-17-e.



143. Todavia, em virtude do encerramento dos trabalhos de campo, não foi possível acompanhar o desfecho da situação. Dessa forma, as providências subsequentes deverão ser encaminhadas a este Tribunal em momento oportuno.

3.3 Valor dos proventos divergente da tabela remuneratória.

144. De início, relembre-se que a Lei nº 5.105, de 03/05/13, reestruturou a carreira de Magistério Público do DF, entre outras, estabelecendo tabelas de vencimento básico, na forma dos Anexos II, III, IV, V, VI e VII, observados os regimes de trabalho, a habilitação do servidor e as datas de vigência neles especificadas (1º de março de 2013 e 1º de setembro de 2013, 1º de março de 2014 e 1º de setembro de 2014, 1º de março de 2015 e 1º de setembro de 2015).

145. Realizando testes na folha de pagamento da SE/DF⁷, quanto ao batimento entre o valor pago de proventos(rubrica 10008) X proporcionalidade, sobressaiu a situação da servidora inativa Simone Zaqueu Gomes⁸, matrícula nº 00765724, Professora, proventos integrais, classificação funcional 25-PQ3, porquanto o valor dos proventos estava 20% acima do valor do vencimento padrão disposto na tabela de vencimentos da carreira Magistério Público, conforme quadro abaixo.

Cargo: Professora, classificação funcional 25-PQ3, 40 horas.			
Referência	Valor da Tabela de vencimento* (I)	Valor pago no Sigrh(rubrica 10008 – proventos) (II)	Diferença a maior(II – I)
03/2014	5.672,27	5.672,27	-
04/2014	5.672,27	6.806,72	20%
09/2014	5.785,71	6.942,85	20%
03/2015	5.967,38	7.160,85	20%
09/2015**	Valor devido, R\$ 5.967,38.	7.160,85	20%
05/2017	Valor devido, R\$ 5.967,38.	5.967,38 (valor corrigido)	-

* Anexo IV da Lei nº 5.105/13.

** O valor da tabela de 09/2015 não foi aplicado pelo GDF, em face de restrição da LRF.

146. Cotejando os dados acima, nota-se que os valores incorretos foram pagos à servidora de 04/2014 a 04/2017(período de 3 anos), observando que a retificação foi processada em 05/2017, em virtude de questionamento sobre a regularidade do

⁷ base de dados plataforma Sigrhweb

⁸ Concessão julgada legal, conforme Decisão nº 5225/2006(Processo nº 18504/2006)



pagamento.

147. A respeito da irregularidade, alguns comentários são necessários. No Sigrh, módulo CADAPO01(manutenção de aposentadoria), empresa 652(SE/DF), a jurisdicionada registrou a servidora Simone Zaqueu Gomes na situação funcional 13(aposentada magistério) e o motivo da aposentadoria foi 059 – Aposentadoria Voluntária Integral Magistério – Regra Transição Art. 6º EC 41/03. Visto que a servidora comprovou exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério o requisito exigido foi 25 anos.

148. Outro módulo do Sigrh, (CADPES 48 - manutenção de aposentadoria/pensão), é utilizado pelo setorial de pessoal para registrar o tempo de efetivo exercício que habilita a aposentadoria como integral(anos) ou proporcional(frequência), bem como o percentual de proporcionalidade da pensão(vitalícia e temporária). No caso da referida servidora Simone, à época da irregularidade o setorial de pessoal cadastrou indevidamente 30 como requisito temporal, enquanto o correto seria 25, conforme citado no parágrafo anterior.

149. Desse modo, diante da divergência de valores cadastrados, ou seja, no referido CADAPO01 registrou-se 25, requisito temporal exigido para concessão de aposentadoria(tempo de magistério), e no CADPES48 indicou-se 30 anos, o sistema processou um acréscimo de 20% (30/25) a ser aplicado sobre o vencimento básico.

150. No entanto, a despeito da falha, o valor pago dos proventos não deveria ter suplantado o valor do vencimento do padrão da servidora (25-PQ3) disposto na tabela da carreira Magistério Público, Anexo IX, da Lei nº 5.105/13. Se houvesse crítica sistêmica, a impropriedade seria evitada, sem prejuízo ao erário.

4 CONCLUSÃO

151. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na SEDF, a equipe designada concluiu que as recomendações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram cumpridas, em grande parte, pelo órgão.

152. A conferência dos aspectos financeiros da amostra selecionada, à luz da Decisão nº 77/2007, comprovou a aderência dos pagamentos às disposições legais que regem a estrutura remuneratória do órgão, com duas ressalvas, sendo a primeira relativa à ausência de atualização da parcela Décimos, a teor da Decisão nº 896/2017, e a segunda, relacionada à sistemática adotada para o cálculo da **VPNI Lei 5.250/13**, uma vez que extrapola os motivos que originaram o referido diploma legal, criado para corrigir distorção resultante da Lei nº 5.105/13. Conforme já apontado no Processo TCDF nº 23.081/2014, a metodologia de cálculo visando impedir o decréscimo havido nos proventos proporcionais de diversos servidores como consequência da



incorporação de percentuais de algumas gratificações típicas da Carreira convergiu numa interpretação benéfica a um grupo de servidores (aposentados com proventos proporcionais), uma vez que a estes foi estendida, quando da obtenção da VPNI Lei nº 5.250/13, a antecipação de índices de reajustes previstos para os exercícios de 2014 e de 2015, adicionando-se ainda valores surgidos da aplicação da VPNI Lei nº 5.105/13, em detrimento dos demais integrantes da Carreira, sujeitos à aplicação progressiva dos reajustes consignados nas tabelas. Os resultados dessa sistemática resultaram em prejuízo ao erário.

153. É bem de ver que os achados de auditoria evidenciados derivam de falhas nos controles internos, assim cabe recomendação à jurisdicionada que adote políticas de fortalecimento de seus controles internos, conforme casos listados no Quadro II.

5 SUGESTÕES

154. Pelo exposto, sugere-se:

- I. tomar conhecimento do Relatório de Auditoria, bem assim dos documentos juntados ao processo eletrônico;
- II. ter por cumpridas as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes dos Quadros I e II (fls. 35/41 e 45/50, respectivamente), à exceção daquelas que apresentam pendências, cujas medidas saneadoras se encontram especificadas no item V;
- III. ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados no item V, no qual foram consignadas propostas de regularização;
- IV. alertar a Secretaria de Educação do Distrito Federal que, em relação à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que trata o art. 5º da Lei distrital nº 4.584/2011, observe o disposto na Decisão nº 896/2017;
- V. determinar a SEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuida o Quadro II, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas:

- a) em relação à servidora **AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 0200161-6, reiterar o cumprimento do item III da



Decisão nº 4.300/2014;

- b) em relação ao servidor **AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA**, matrícula nº 0060985-4, corrigir, nos pagamentos atuais do servidor, os percentuais das parcelas “GAPED” de 21,60% para 20,40% e “ATS” de 24% para 21%, bem como elaborar novo abono provisório atualizado. Ademais, deve acompanhar o andamento do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4 e da Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, referidos no item III.c da Decisão nº 525/2015, em tramitação na Justiça Federal;
- c) em relação à servidora **ALICE MARTINS DE SOUSA**, matrícula nº 0056064-2, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 5248/2014;
- d) em relação à servidora **CÉLIA MONTEIRO DE MENDONÇA OLIVEIRA**, matrícula nº 0035116-4, dê cumprimento ao item “II.b” da Decisão nº 5.905/2014, para fins de ajustar o abono provisório e os proventos da inativa, em face da alteração do ATS de 24% para 13%, conforme novo Demonstrativo de Tempo de Serviço juntado às fls. 103 do Processo GDF nº 080.009.355/2009;
- e) em relação ao servidor **ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS**, matrícula nº 094064-X, reiterar o cumprimento da determinação disposta no item II da Decisão nº 5.095/2015, tendo em conta a opção manifestada pelo servidor;
- f) em relação à pensionista **ELZA JESUS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0224169-2, corrigir, nos pagamentos atuais da pensionista, o valor da rubrica 10209 “Pensão Vitalícia” de R\$ 1.806,98 para R\$ 1.599,92, bem como elaborar novo Título de Pensão corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.310,41 para R\$ 1.166,70;
- g) em relação à aposentada **FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS**, matrícula nº 0037405-9, elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor da parcela “Proventos” de R\$ 2.635,33 para R\$ 2.365,33, atentando para os reflexos nas parcelas vinculadas; bem assim corrigir nos proventos atuais o valor da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE de R\$ 24,31 para R\$ 29,15;
- h) em relação à servidora **FRANCISCA RODRIGUES NETA**, matrícula nº 0037913-1, reiterar o item III da Decisão nº 4359/2016, adotando as providências necessárias para a efetividade da medida saneadora, ou excluir o tempo das certidões para todos os fins considerados;
- i) em relação ao servidor **GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAÚJO**, matrícula nº 22135-X, corrigir, nos pagamentos atuais do servidor, o valor da rubrica 10215 “Proventos EC 41” de R\$



2.494,15 para R\$ 2.333,86, bem como elaborar novo abono provisório corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.583,12 para R\$ 1.507,77;

- j) em relação à servidora **GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO**, matrícula nº 0040070-X, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 4822/2014;
- k) em relação à ex-servidora **GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA**, matrícula nº 0040664-3, adotar as providências necessárias a fim de ressarcir o erário em face dos pagamentos realizados após o óbito da servidora no período de 03/05/2015 a 01/2016;
- l) em relação à servidora **HELENA BARRA**, matrícula nº 0034193-2, elaborar novo demonstrativo de média e novo abono provisório, em substituição aos de fls. 30/33 e 34 do Processo GDF nº 080.002.509/2009, em atenção às medidas indicadas na Nota Técnica nº 331/2012 da Controladoria-Geral do DF, observando reflexo no pagamento;
- m) em relação à servidora **HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA**, matrícula nº 0064576-1, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 5.340/2015, observando a adequação do pagamento;
- n) em relação à servidora **JAQUELINE CAMPOS VIEIRA**, matrícula nº 0064870-1, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 296,01 para R\$ 404,84;
- o) em relação ao servidor **JOSÉ ISRAEL SOBRINHO**, matrícula nº 0052646-0, corrigir, nos pagamentos atuais do servidor, o valor da rubrica 10215 “Proventos EC 41/2” de R\$ 2.110,78 para R\$ 1.760,68, bem como elaborar novo abono provisório corrigindo o valor da mesma parcela para R\$ 928,98;
- p) em relação à servidora **LUCI ALVES PINTO**, matrícula nº 206.117-1, regularizar o pagamento atual, pois com a integralização dos proventos não se vislumbram mais os motivos hábeis para aplicação das VPNI’s das Leis nºs 5.105 e 5.250/13, quais sejam: redução de remuneração e proventos proporcionais;
- q) em relação à servidora **LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO**, matrícula nº 0075834-5, adotar as providências necessárias para fins de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de licença-prêmio em pecúnia, considerando o julgamento desfavorável do Processo Judicial e no Processo TCDF nº 22.875/14 (Decisão nº 661/2015);
- r) em relação à servidora **LUIZA DE OLIVEIRA BARROS**, matrícula nº 00401110, retificar o ATS de 20 para 21%, em face da certidão de tempo de serviço da FHDF juntada à fl. 52 do Processo nº 470.000.051/2010, observando o reflexo no abono



provisório e pagamento atual;

- s) em relação à servidora **LUIZA HELENA FERRAZ**, matrícula nº 0060097-0, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o percentual do ATS de 24% para 25%, conforme novo DTS elaborado pela jurisdicionada;
- t) em relação à servidora **MÁRCIA LIMA NOGUEIRA DA GAMA**, matrícula nº 0057640-9, esclarecer, em relação à parcela incorporada(6/10 DF-05), a divergência encontrada entre o mapa de quintos, a transformação solicitada pela servidora(6/10 DF-08) e o abono provisório, para, posteriormente, elaborar novo abono provisório adequando a descrição e o valor da referida parcela, sem deixar de observar os reflexos na parcela “VPNI L4584/11 - Décimos” nos pagamentos atuais da servidora e o disposto na Decisão nº 896/17;
- u) em relação à servidora **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA**, matrícula nº 0057237-3, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da rubrica 10375 “VPNI L.2932/2002” de R\$ 155,56 para R\$ 57,74, bem como elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor desta última parcela para R\$ 57,74; em relação à rubrica 10122 “VPNI L4584/11-DEC”, observar a Decisão nº 896/2017;
- v) em relação à servidora **MARIA APARECIDA FIGUEIRA**, matrícula nº 0036509-2, reiterar a determinação contida no item II.b da Decisão nº 5900/2014, no sentido de se excluir do cômputo para ATS o período lá mencionado. Ademais, deverá corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o percentual da parcela “ATS” de 29% para 12%, bem como elaborar o abono provisório;
- w) em relação à servidora **MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA**, matrícula nº 0039323-1, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Atividade de Zona Rural - GAZR, caso contrário, excluir a referida parcela nos pagamentos da servidora. Ademais, visando o cumprimento do item II.b da Decisão nº 3091/2014, esclarecer a divergência entre a data a que a servidora teria direito à concessão do abono de permanência (15.08.2008) e a data que o referido direito foi concedido (02.01.2008), providenciando o necessário ajuste, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente;
- x) em relação à servidora **MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY**, matrícula nº 0059614-0, reiterar o cumprimento do item “III.a” da Decisão nº 153/2015;
- y) em relação à servidora **MARINALVA DA GLÓRIA BENEVIDES**, matrícula nº 0039454-8, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de



R\$ 665,39 para R\$ 486,90, bem como o valor do ATS de 14% para 15%;

- z) em relação à servidora **NELITA PEREIRA**, matrícula nº 0059899-2, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 5.598/2014;
- aa) em relação à servidora **NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO**, matrícula nº 0051883-2, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando-se para os reflexos nos pagamentos; em relação à rubrica 10122 "VPNI L4584/11-DEC", observar a Decisão nº 896/2017;
- bb) em relação ao servidor **NILSO JOSÉ CALLEGARO CASSANTA**, matr. 0050702-4, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fls. 72 do Processo nº 080.000.706/2010, para considerar as alterações na vantagem de décimos, nos moldes estabelecidos às fls. 81 do citado processo, observando os reflexos nos pagamentos atuais, bem assim os efeitos da Decisão nº 896/2017;
- cc) em relação à servidora **NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS**, matrícula nº 0036047-3, adotar as providências necessárias objetivando concluir o levantamento iniciado para a verificação do correto percentual da parcela GAPED a ser paga à servidora, corrigindo, se for o caso, o abono provisório e os pagamentos atuais da servidora;
- dd) em relação à servidora **NOEME GOMES XAVIER**, matrícula nº 212.764-4, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 306/2015;
- ee) em relação ao servidor **RENAULD CAMPOS LIMA**, matrícula nº 0098414-0, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 77 do Processo GDF nº 080.010.576/2009, para correção do posicionamento funcional do servidor para Classe A - Etapa Salarial 25-AD I;
- ff) em relação aos pensionistas **RITA MARIA ALVES PEREIRA SOARES** (vitalícia), matrículas nºs 0221429-6 e 0221432-6 e **WELLINGTON CLÁUDIO PEREIRA SOARES** (temporária), matrículas nºs 0221430-X e 0221434-2, beneficiários de **WELLINGTON CLAUDIO SOARES**, matrículas nºs 0045635-7 e 0205319-5, examinar a regularidade dos pagamentos efetuados quanto aos efeitos da Lei nº 5.250, de 19.12.13 e reajustamento disposto pela EC nº 70/2012, a teor do disposto pela Decisão nº 4.148/13;
- gg) em relação à servidora **ROSILENE NICOLINO ROCHA DA SILVA**, matrícula nº 0020003-5, ajustar o abono provisório e os pagamentos da servidora, em conformidade com o novo



Demonstrativo de Tempo de Serviço de fls. 54 e 55 do Processo GDF nº 080.002.596/2009, tendo em conta o disposto no item II.b da Decisão nº 4.400/2014;

- hh) em relação à servidora **SALVELINA MACIEL DE ABREU**, matrícula nº 0028217-0, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 1025/2015;
- ii) em relação à servidora **SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA**, matrícula nº 0032894-4, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 576,04 para R\$ 285,37, bem como o valor da parcela “VPNI LEI 5105/2013” de R\$ 852,45 para R\$ 820,42;
- jj) em relação à servidora **SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA**, matrícula nº 0041561-8, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, elaborar novo Abono Provisório excluindo a referida parcela, atentando-se para os reflexos nos pagamentos da servidora;
- kk) em relação à servidora **TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM**, matrícula nº 0041906-0, confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 99 do Processo GDF nº 465.000.360/2010, para incluir a parcela de Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, auferida pela servidora desde 2005;
- ll) em relação ao servidor **VICENTE REZENDE DOS SANTOS**, matrícula nº 0045379-X, elaborar novo Abono Provisório excluindo a parcela “Ampliação de Carga Horária” e corrigindo a parcela Proventos com os valores correspondentes à carga horária de 40 horas, nos termos da Lei nº 4.395/2009, bem como comprovar o direito do servidor à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando-se para os reflexos nos pagamentos do servidor;
- mm) em relação ao servidor **VIRGÍLIO MIGUEL DA SILVEIRA**, matrícula nº 0076090-0, esclarecer a divergência entre os documentos de fls. 46/47 – apenso (Processo nº 6205/2014) que indicam a data da concessão do abono de permanência a partir de 14.06.2010 e a informação de fl. 8 – apenso (Processo nº 6205/2014), de que o benefício teria sido deferido a partir de 14.03.2010, providenciando o necessário ajuste dos demonstrativos pertinentes, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente;

- VI. autorizar que seja acompanhado no Processo nº 6703/2007 as apurações e eventuais restituições ao erário dos valores recebidos indevidamente a título de TIDEM pelos servidores: **AUGUSTO HITOCI SATO**, matr. **076.793-X**, **JOAQUIM HUMBERTO FERREIRA MACEDO**, matr. **058.799-0**, **JOSÉ RAIMUNDO SOUZA OLIVEIRA**, matr. **057065-6**, **SILVIA LÚCIA SOARES**,



martr. 074.662-2 e SUYAN SANT'ANNA BAPTISTA DE MATTOS, matr. 064.315-7.

- VII. considerar que os aposentados da SE/DF, se submetidos a eventual integralização dos proventos, deixam de fazer jus à percepção das VPNI's das Leis nºs 5.105/13 (art. 39) e/ou 5.250/13 (art. 1º), porquanto cessadas as condições hábeis para percepção de tais verbas, de caráter transitório, quais sejam: redução de remuneração e proporcionalidade de proventos;
- VIII. determinar a SEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, realize levantamento dos servidores aposentados com proventos integrais que estejam percebendo as VPNI's das Leis nºs 5.105/13 e/ou 5.250/13, para fins de regularização, conforme explicitado no item anterior, alertando seu dirigente que a demora na implementação da medida pode ensejar sanção ao responsável e, eventualmente, solidariedade do gestor pelo prejuízo ao erário, considerando o não ressarcimento pelo servidor conforme sentença proferida no Processo nº 2016.011.085.777-3.
- IX. tendo em conta que a parte final do item "V.a" da Decisão nº 1671/2016(reposição ao erário de valores recebidos indevidamente) restou obstada por sentença proferida no Processo nº2006.011.085.777-3/TJDFT, reiterar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê cumprimento à primeira parte do item "V.a" e ao item "V.b" da Decisão nº 1.671/2016, que trata da correção dos valores das parcelas pagas a título de VPNI's das Leis nºs 5.105/13 e 5.250/13, sob pena de aplicação ao titular da Pasta da multa prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 1/94;
- X. recomendar à SEDF que adote políticas de fortalecimento de seus controles internos, tendo em conta os achados de auditoria evidenciados no Quadro II;
- XI. determinar a SEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação comprobatória necessária:
- a) esclareça se restou comprovada a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor HELITON LEAL SILVA, quais sejam, Professor da SEDF, matrícula nº 0251141-0, com carga horária de 20 horas, e Analista do MPU/PGR, com carga horária de 40 horas, nos termos do art. 37, XVI, da CF/88;
 - b) quanto ao servidor JAIRTON DA SILVA CAMARA, encaminhar as conclusões da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, devendo abranger, necessariamente, a licitude da acumulação dos dois cargos professor com o de cargo comissionado de Diretor, além de possível vínculo com



instituição de ensino da rede privada, bem como da compatibilidade horária entre os cargos ocupados;

c) em relação à servidora inativa SIMONE ZAQUEU GOMES, matrícula nº 00765724, apure a realização de pagamento de proventos superiores à tabela salarial da carreira de Magistério(Lei nº 5.105/13), no período de 04/2014 a 04/2017, para fins de ressarcimento ao erário.

- XII. determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – Seplag/DF, na função de órgão gestor do Sigrh(Decreto nº 22.019, de 20/03/2001), que, no prazo de 30(trinta) dias, adote providências para implementar crítica sistêmica, para evitar pagamento de proventos(rubrica 10008) superiores ao valor do vencimento padrão do servidor e/ou sem conformidade com a tabela da carreira, conforme ocorrido na matrícula nº 0076524, empresa 652 do Sigrh, no período de 02/2014 a 04/2017.
- XIII. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à SEDF para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas, em especial no que se refere ao pleno conhecimento das informações contidas no Quadro II.

À consideração superior.

Brasília, 14 de junho de 2017.

Francisco Alves de Faria
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 282-8

Renato Fabbrini Marsiglio
Auditor de Controle Externo
Mat. nº 1450-2